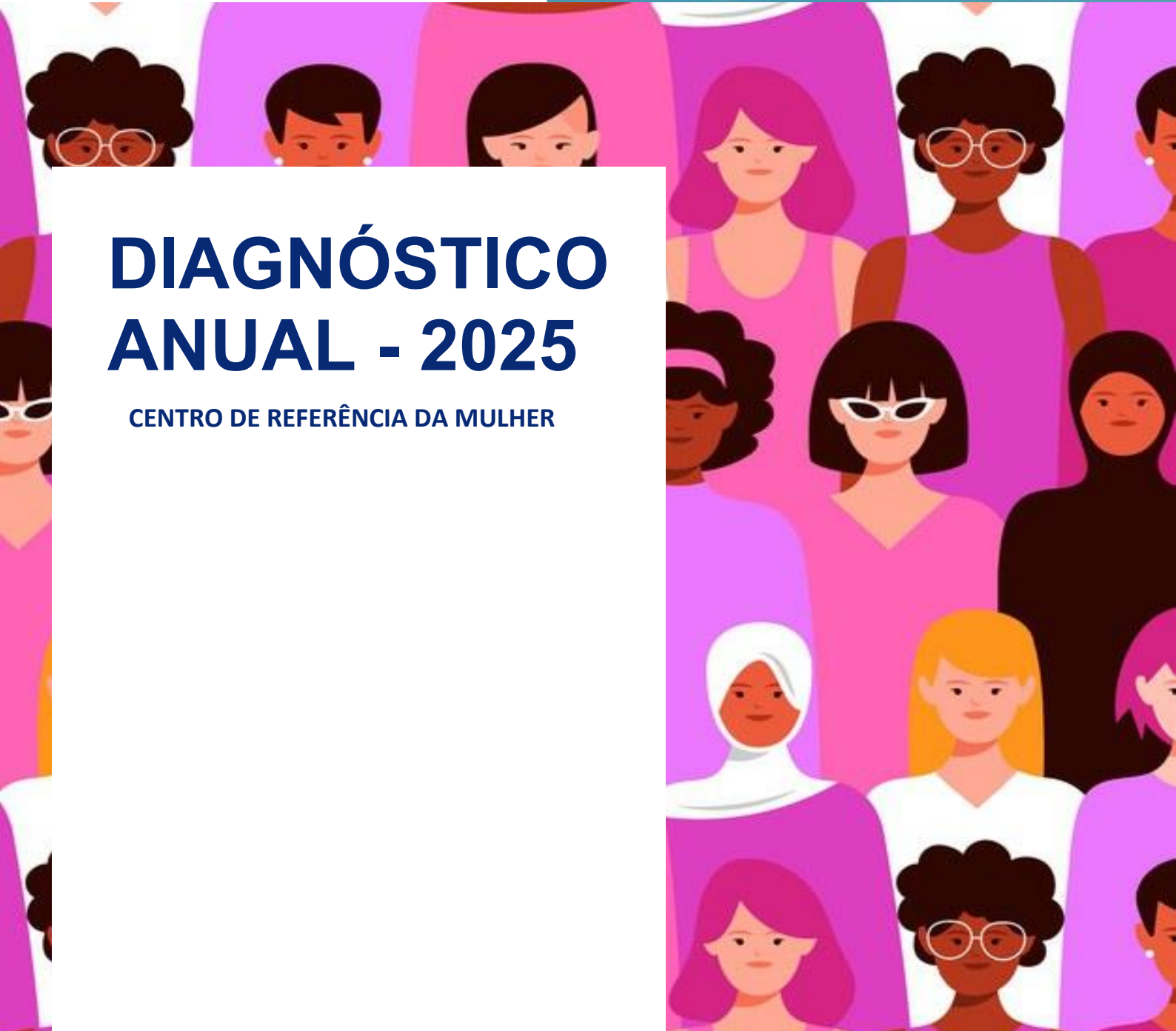




DIAGNÓSTICO ANUAL - 2025

CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA
SOCIOASSISTENCIAL

UBERABA/MG
2026

Secretaria de
Desenvolvimento
Social



UBERABA
PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA
Avenida Dom Luiz Maria Santana, 141 – Santa Marta – Uberaba / MG
(34) 3318-2000
<https://portal.uberaba.mg.gov.br/>

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL –SEDS
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL – DVSA
Rua Lauro Borges, 97 – Centro – Uberaba / MG
(34) 3331-2403
<https://portal.uberaba.mg.gov.br/secretarias/desenvolvimento-social>

Elisa Gonçalves de Araújo
Prefeita Municipal

Ernani Neri dos Santos Júnior
Secretário de Desenvolvimento Social

Anna Maia Jampaulo Andrade
Secretária Adjunta de Desenvolvimento Social

Vânia Helena Guarato
Chefe do Departamento de Vigilância Socioassistencial

EQUIPE TÉCNICA DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Alyne Ferreira Vitória - **Administrativo**
Aline Silva Bomfim - **Assistente Social**
Josiane Cristina Orlando de Souza - **Psicóloga**
Zilda Cristina dos Santos – **Assistente Social**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
METODOLOGIA.....	5
1. PANORAMA DAS NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM 2024 E 2025.....	7
2. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA.....	8
2.1.FAIXA ETÁRIA.....	8
2.2. COR E RAÇA.....	9
2.3. TERRITÓRIO.....	10
2.4. MORADIA.....	20
2.5. ESCOLARIDADE.....	22
2.6. TRABALHO E RENDA	26
2.7. FILHOS E O TRABALHO FAMILIAR DO CUIDAR.....	30
2.8. PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	32
2.9. CADASTRO ÚNICO.....	36
2.10.BENEFÍCIOS	37
2.10.1- BENEFÍCIOS EVENTUAIS.....	39
2.11. CONSIDERAÇÕES	40
3 CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA.....	42
3.1 TIPO DE VIOLÊNCIA.....	42
3.2. LOCAL DA OCORRÊNCIA	40
4. CARACTERIZAÇÃO DOS ATENDIMENTOS.....	42
4.1 PASSE MOBILIDADE.....	42
4.2.ABRIGAMENTO.....	43
4.3 ENCAMINHAMENTOS	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	47

APRESENTAÇÃO

O município de Uberaba é o 7º mais populoso do estado de Minas Gerais, com população estimada em 356.780 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). Desse total, 51,9% são mulheres e 47,36% da população se autodeclara negra (pretos e pardos), evidenciando a relevância de análises interseccionais no âmbito das políticas públicas.

No contexto brasileiro, a violência contra a mulher manifesta-se de forma estrutural e multifacetada, atingindo mulheres em diferentes fases da vida e com maior incidência entre jovens e mulheres negras, conforme apontado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023). Esse cenário reforça a necessidade de produção, qualificação e monitoramento sistemático de dados que subsidiem o planejamento e o direcionamento das políticas públicas.

Nesse sentido, em 2023, a equipe técnica do Departamento de Vigilância Socioassistencial (DVSA), em articulação com o Centro de Referência da Mulher (CRM), instituiu o processo de monitoramento das informações referentes às mulheres atendidas e acompanhadas pelo serviço. O primeiro diagnóstico foi publicado em 2025, com base nos dados de 2024. Para além da produção de informações, consolidou-se um processo contínuo de diálogo entre as equipes, voltado ao aprimoramento dos instrumentos de coleta, à qualificação dos registros e ao fortalecimento da cultura de monitoramento e avaliação no âmbito da política de assistência social.

O presente relatório apresenta a análise das notificações de violência registradas pelo CRM no ano de 2025, incorporando ajustes metodológicos que visam ampliar a precisão analítica e explicitar os limites dos dados produzidos. O documento está estruturado em três eixos analíticos: (i) Perfil Sociodemográfico das Mulheres com Violência Notificada; (ii) Caracterização da Violência; e (iii) Caracterização dos Atendimentos. Adicionalmente, são apresentadas análises comparativas entre os anos de 2024 e 2025.

O relatório contou ainda com a colaboração do Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento, bem como com dados da Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde, possibilitando o aprofundamento das análises territoriais. Por fim, o relatório tem como objetivo subsidiar o planejamento e o aprimoramento das ações desenvolvidas pelo CRM e pela rede de proteção às mulheres no município, a partir da produção de indicadores baseados nos atendimentos realizados.

METODOLOGIA

A coleta de dados é realizada por meio de formulário estruturado na plataforma Google Forms, alimentado continuamente pela equipe técnica do Centro de Referência da Mulher (CRM). O instrumento contempla variáveis como território de residência, faixa etária, raça/cor, escolaridade, situação de moradia, trabalho e renda, tipos de violência, benefícios acessados e encaminhamentos realizados, entre outros aspectos relevantes para a caracterização das mulheres atendidas e das situações vivenciadas. Após a inserção dos registros, o Departamento de Vigilância Socioassistencial (DVSA) realiza o tratamento, a padronização e a análise das informações, subsidiando a produção de diagnósticos e boletins.

Para a análise dos dados referentes ao ano de 2025, foram realizados ajustes metodológicos decorrentes do processo de qualificação do instrumento e da leitura crítica da base de dados. Considerando que o formulário permite o registro de múltiplas notificações de violência para uma mesma mulher, especialmente em situações que envolvem diferentes agressores, tornou-se necessário estabelecer a distinção entre número de notificações e número de mulheres, de modo a evitar interpretações equivocadas sobre o volume de atendimentos. Nesse processo, também foi realizada a padronização das nomenclaturas utilizadas no banco de dados, com o objetivo de garantir maior consistência analítica e comparabilidade entre os períodos.

Adicionalmente, procedeu-se à redefinição conceitual do público analisado, com a substituição do termo “mulheres atendidas” por “mulheres com violência notificada”. Essa alteração explicita que as informações oriundas do formulário não representam a totalidade dos atendimentos realizados pelo serviço, mas apenas aqueles que envolvem registro de notificação de violência, evidenciando, portanto, limites importantes da base de dados utilizada.

Nesse sentido, destaca-se que a base proveniente do Google Forms não permite a consolidação automática de atendimentos múltiplos de uma mesma usuária, o que restringe a análise da recorrência das violências e do volume total de atendimentos realizados. Para fins de contextualização, no ano de 2025, o CRM registrou 1.041 protocolos de atendimento em seu sistema interno, indicando que o volume de atendimentos é superior ao captado pelo instrumento de notificação.

Diante dessas limitações, para o próximo ciclo analítico será incorporada a base de dados do Sistema Assistência Social - ASocial, utilizado pela Secretaria de

Desenvolvimento Social. A integração entre as bases permitirá o aprimoramento da capacidade analítica, possibilitando a identificação da recorrência de violências por usuária, o acompanhamento dos atendimentos e maior precisão na mensuração do volume e do perfil das mulheres acompanhadas pelo serviço.

Para compreensão da diferença entre quantidade de notificações de violência, número de mulheres atendidas e número de atendimentos realizados pelo serviço, apresentamos a tabela abaixo com dados referentes ao ano de 2025.

Tabela 1

Quantitativo de Notificações e Atendimentos às Mulheres em Situação de Violência realizados pelo CRM em 2025	
Tipo	Quantidade
Notificações de violência	387
Mulheres atendidas	721
Atendimentos realizados	1.041

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026 e Sistema Assistência Social – Asocial em 01/04/2026.

1. PANORAMA DAS NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM 2024 E 2025

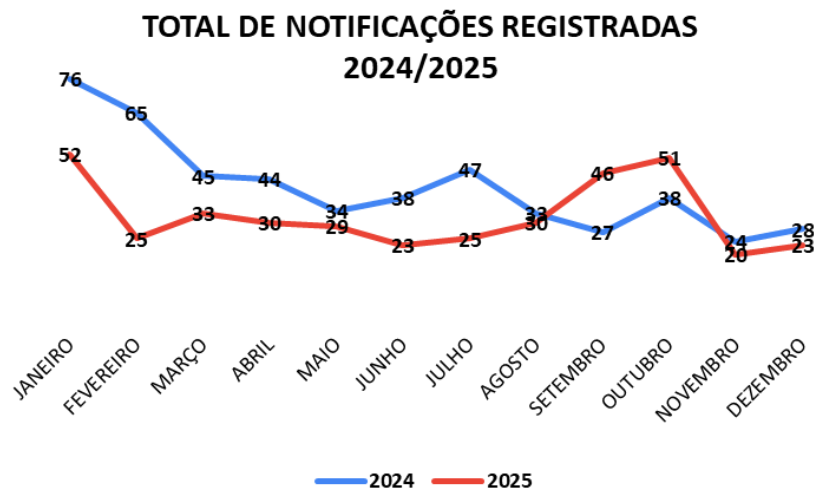
No ano de 2025 foram contabilizados, por meio do formulário eletrônico (Google Forms), um total de **387 notificações de violência contra a mulher** registradas pelo Centro de Referência da Mulher (CRM). No primeiro semestre do ano, foram registradas **192 notificações** distribuídas da seguinte forma: janeiro (52), fevereiro (25), março (33), abril (30), maio (29) e junho (23). Já no segundo semestre foram contabilizadas **195 notificações** sendo: julho (25), agosto (30), setembro (46), outubro (51), novembro (20) e dezembro (23).

Tabela 2

TOTAL DE NOTIFICAÇÕES REGISTRADAS 2024/2025		
MÊS/ANO	2024	2025
JANEIRO	76	52
FEVEREIRO	65	25
MARÇO	45	33
ABRIL	44	30
MAIO	34	29
JUNHO	38	23
JULHO	47	25
AGOSTO	33	30
SETEMBRO	27	46
OUTUBRO	38	51
NOVEMBRO	24	20
DEZEMBRO	28	23
TOTAL	499	387

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 1



Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Ao comparar os dados dos anos de 2024 e 2025, observa-se uma redução no número total de notificações, passando de 499 em 2024 para 387 em 2025. Essa variação não necessariamente indica diminuição da violência, mas evidencia a importância de considerar as rotas críticas¹ enfrentadas pelas mulheres, ou seja, o percurso físico, burocrático e social necessário para acessar os serviços de denúncia e acolhimento (Arboit, Padoin & Paula, 2019). Fatores como deslocamento até o CRM, barreiras administrativas e desafios na articulação com a rede de proteção podem influenciar a procura pelos atendimentos, impactando os registros mensais e a distribuição territorial observada. Dessa forma, a análise comparativa entre os dois anos deve ser interpretada considerando tanto os números absolutos quanto as dificuldades de acesso aos serviços, que variam de acordo com o território e a situação vivenciada pelas mulheres.

2 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA

2.1. FAIXA ETÁRIA

A faixa etária das mulheres com violência notificada no ano de 2025 pelo CRM corresponde ao intervalo entre os 18 aos 91 anos. O intervalo que corresponde à vida adulta (30 aos 59 anos) é a faixa etária com maior incidência.

Tabela 3

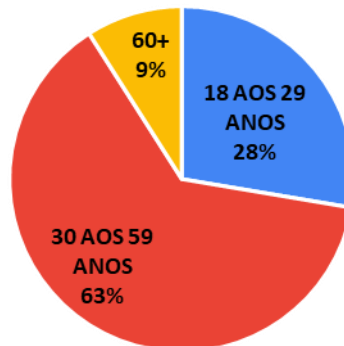
FAIXA ETÁRIA DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025	
FAIXA ETÁRIA	MULHERES ATENDIDAS
18 AOS 29 ANOS	107
30 AOS 59 ANOS	245
60+	35
TOTAL	387

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

¹ A "Rota Crítica" refere-se ao processo de decisões e ações tomadas por mulheres afetadas pela violência intrafamiliar para buscar ajuda e soluções para sua situação. Esse conceito foi desenvolvido no estudo realizado entre 1996 e 1998 em 16 comunidades de dez países da América Latina, coordenado pelo Programa Regional sobre Mulher, Saúde e Desenvolvimento da Organização Pan-Americana da Saúde (OPS). (SAGOT, 2005)

Gráfico 2

FAIXA ETÁRIA DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

No que diz respeito a faixa etária a maior incidência das mulheres com violência notificada foi de 30 a 59 anos vivenciaram algum tipo de violência. Os dados analisados vão ao encontro dos achados de Bernardino et al. (2016), que indicam a faixa etária entre 30 e 59 anos como o período de maior vulnerabilidade das mulheres a situações de violência. Segundo os autores, essa maior vulnerabilidade está associada ao período reprodutivo e às responsabilidades relacionadas ao cuidado com os filhos.

2.2. COR E RAÇA

No que diz respeito à Raça/Cor das mulheres com violência notificada temos: cento e trinta (130) brancas, sessenta e quatro (64) negras, cento e trinta e duas (132) pardas, seis (6) amarelas e cinquenta e cinco (55) mulheres de raça/cor ignoradas.

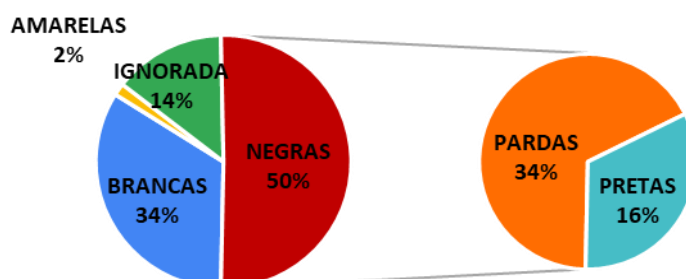
Tabela 4

COR E RAÇA DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025					
BRANCA	PARDA	PRETA	INDÍGENA	AMARELA	IGNORADA
130	132	64	-	6	55
34%	34%	16%	-	2%	14%

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 3

**COR E RAÇA DAS MULHERES COM
VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025**



Foram registradas 196 mulheres negras (soma de pardas e pretas) com violência notificada, o que corresponde a 50% do total de notificações.

Esse resultado converge com dados nacionais apresentados no Atlas da Violência 2025, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), segundo o qual 58,5% das mulheres vítimas de violência no Brasil são negras. O relatório evidencia, ainda, a persistência das desigualdades raciais nesse fenômeno, indicando que o risco de uma mulher negra ser assassinada é 1,7 vezes maior em comparação a uma mulher branca, o que representa cerca de 70% a mais de risco de feminicídio (Cerqueira; Bueno, 2025).

2.3 TERRITÓRIO

A análise do território é fundamental no contexto da violência contra a mulher, pois é nele que os problemas sociais se materializam e onde também se torna possível avaliar a efetividade das políticas públicas. Nesse sentido, a análise das notificações relacionadas à violência contra a mulher no ano de 2025 considerou a territorialização dos nove (9) Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) existentes no município de Uberaba–MG.

Conforme a tabela abaixo, as mulheres com violência notificada em 2025 estão distribuídas pelos diferentes territórios dos CRAS. Observa-se maior concentração de notificações nos seguintes territórios: CRAS Boa Vista (61), CRAS Vila Paulista (54), CRAS Tutunas (45) e CRAS Décio Moreira (44). Ressalta-se que quatro registros não possuem a informação de endereço.

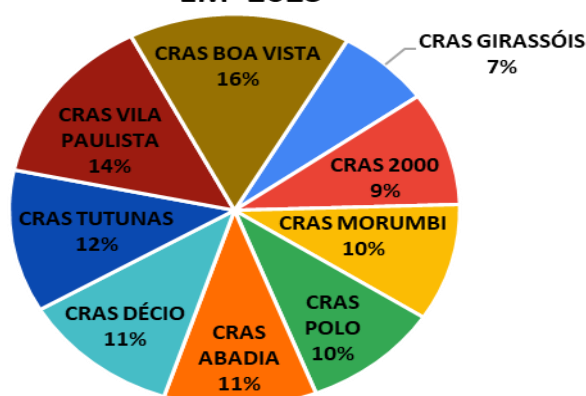
Tabela 5

TOTAL DE NOTIFICAÇÕES REGISTRADAS EM 2025 POR TERRITÓRIO E MÊS													
TERRITÓRIO/ MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CRAS ABADIA	4	4	2	2	5	2	2	2	3	9	3	4	42
CRAS BOA VISTA	10	4	1	3	5	6	7	3	7	8	3	4	61
CRAS DÉCIO	4	4	3	2	5	4	4	2	5	6	2	3	44
CRAS GIRASSÓIS	-	6	5	-	1	2	-	4	6	2	-	-	26
CRAS MORUMBI	8	2	7	2	2	-	1	1	5	5	1	3	37
CRAS POLO I	7	2	2	6	3	4	2	1	4	2	2	3	38
CRAS TUTUNAS	10	-	2	2	3	1	4	6	5	8	2	2	45
CRAS VILA	6	2	7	6	3	2	3	9	3	6	3	4	54
CRAS 2000	3	1	4	6	2	2	2	2	8	5	1	-	36
NÃO INFORMADO	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	3	-	4
TOTAL	52	25	33	30	29	23	25	30	46	51	20	23	387

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 4

TOTAL DE NOTIFICAÇÕES REGISTRADAS POR TERRITÓRIO EM 2025



É importante destacar que, conforme as normativas da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), os CRAS são implantados prioritariamente em territórios com maiores índices de vulnerabilidade social. Nesse contexto, observa-se que as mulheres com violência notificada se concentram nos territórios de abrangência do CRAS Boa Vista, seguido pelos CRAS Vila Paulista, Tutunas e Décio Moreira, localizados em áreas com maior densidade populacional do município.

Ressalta-se, contudo, que a concentração dos registros em territórios vulneráveis não implica que a violência contra a mulher esteja restrita às classes sociais periféricas. A violência de gênero atravessa diferentes contextos sociais, econômicos e culturais. Mulheres de classes média e alta também vivenciam situações de violência, frequentemente enfrentando barreiras sociais, culturais e institucionais que dificultam a denúncia e o acesso aos serviços de proteção.

A seguir a imagem 1 e 2 o mapa de Uberaba com os territórios por CRAS, nas imagens é realizado o comparativo entre os anos de 2024 e 2025.

Imagem 1

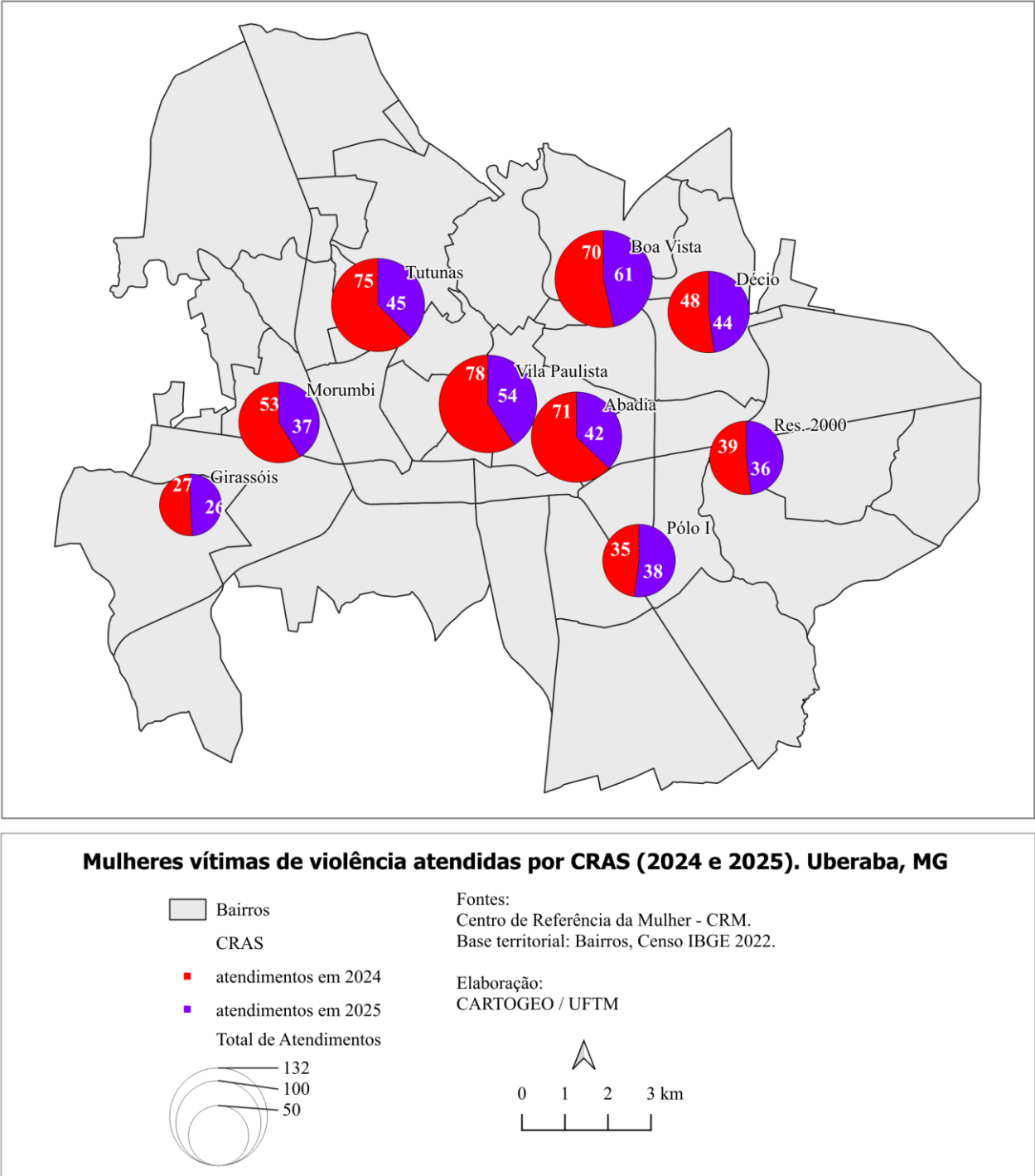
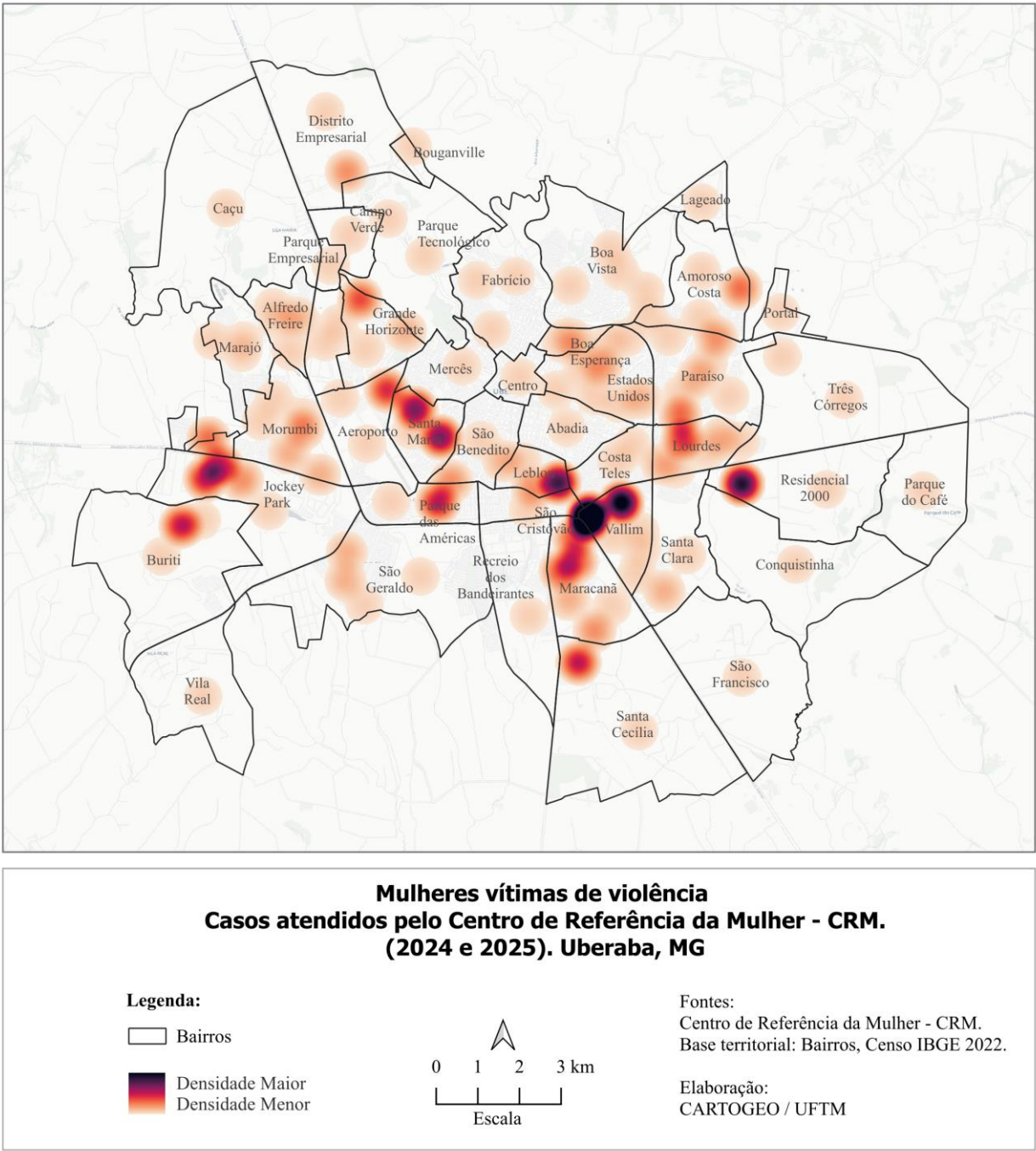
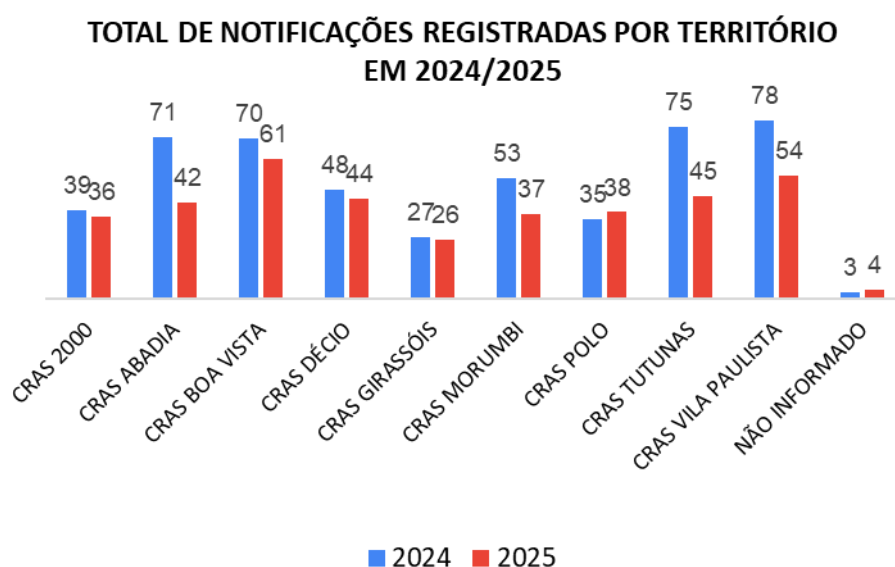


Imagem 2



Ainda sobre o território das mulheres com violência notificada, em comparação com o ano de 2024, apresentamos o seguinte panorama:

Gráfico 5



Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Ao comparar a distribuição territorial nos anos de 2024 e 2025, observa-se alterações na concentração de mulheres com violência notificada por CRAS. Em 2024, os territórios com maior número de notificações foram: CRAS Vila Paulista (78), CRAS Tutunas (75), CRAS Abadia (71) e CRAS Boa Vista (70). Já em 2025, a maior concentração passou a ocorrer nos territórios: CRAS Boa Vista (61), CRAS Vila Paulista (54), CRAS Tutunas (45) e CRAS Décio Moreira (44).

Esses dados evidenciam mudanças na procura pelos serviços, que podem estar relacionadas a fatores territoriais e de acesso, a barreiras institucionais ou outras dificuldades enfrentadas pelas mulheres para acessar os atendimentos. Essa variação também pode ser correlacionada com as ações, campanhas e estratégias de mobilização territorial realizadas ao longo do período, que impactam na procura pelos serviços e na visibilidade dos atendimentos em determinados CRAS.

A tabela e o gráfico abaixo apresenta a distribuição territorial das mulheres com violência notificada com o recorte por raça e cor.

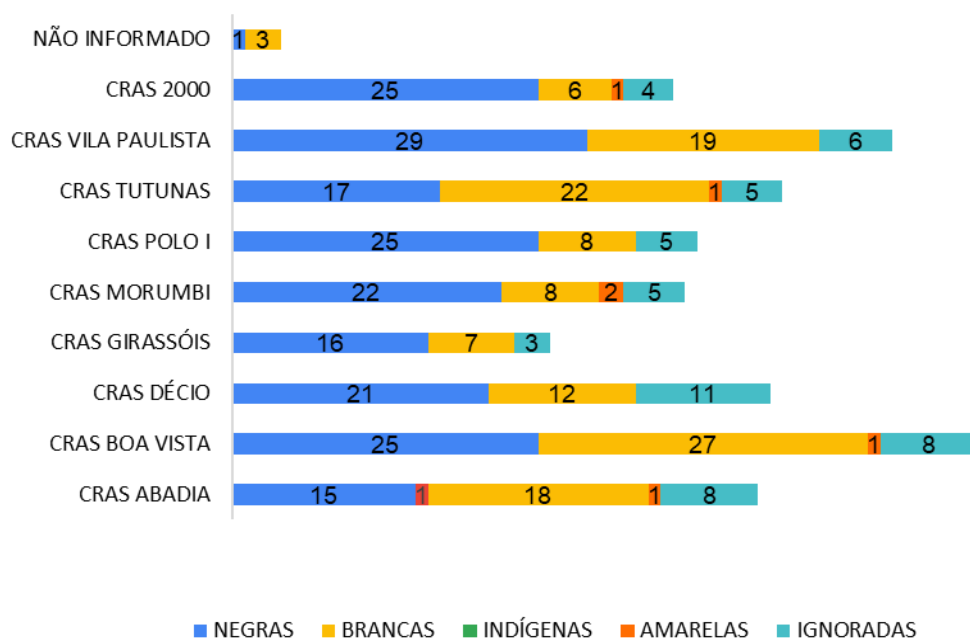
Tabela 6

COR E RAÇA POR TERRITÓRIO DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025						
TERRITÓRIO /CRAS	NEGRAS	BRANCAS	INDÍGENAS	AMARELAS	IGNORADAS	TOTAL
CRAS ABADIA	15	18	-	1	8	42
CRAS BOA VISTA	25	27	-	1	8	61
CRAS DÉCIO	21	12	-	-	11	44
CRAS GIRASSÓIS	16	7	-	-	3	26
CRAS MORUMBI	22	8	-	2	5	37
CRAS POLO I	25	8	-	-	5	38
CRAS TUTUNAS	17	22	-	1	5	45
CRAS VILA PAULISTA	29	19	-	-	6	54
CRAS 2000	25	6	-	1	4	36
NÃO INFORMADO	1	3	-	-	-	4
TOTAL	196	130	-	6	55	387

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 6

COR E RAÇA POR TERRITÓRIO DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



A seguir, apresenta-se um recorte de cada território, com enfoque nos bairros que registraram mulheres com violência notificada, permitindo uma análise mais detalhada da distribuição territorial dos atendimentos realizados pelo CRM em 2025.

CRAS BOA VISTA

Território mais populoso do município com sessenta e oito mil e oitocentos e noventa e oito (68.898) residentes². Em 2025, o território do CRAS Boa Vista contou com 16% das notificações realizadas pelo CRM. O bairro com maior incidência foi o Boa Vista com quinze (15), seguido do bairro Fabrício com nove (09).

Tabela 7

CRAS BOA VISTA	
BAIRRO	NOTIFICAÇÕES REGISTRADAS
BOA VISTA	15
FABRÍCIO	9
VILA ARQUELAU	3
GUANABARA	3
VILA MILITAR	3
ESTADOS UNIDOS	3
JARDIM DO LAGO	3
BOA VISTA	2
SANTA FÉ - ZONA RURAL	2
JARDIM BELA VISTA	2
CÁSSIO REZENDE	1
ESTADOS UNIDOS	1
TANCREDO NEVES	1
QUINTA DA BOA ESPERANÇA	1
GUANABARA	1
TANCREDO NEVES	1
JARDIM ESPÍRITO SANTO	1
VILA CRAIDE	1
JARDIM TRIÂNGULO	1
VILA OLÍMPICA	1
MORADA DO SOL	1
PARQUE DO MIRANTE	1
TOTAL	61

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

CRAS VILA PAULISTA

De acordo com o Diagnóstico Socioterritorial II (SEDS,2024), o território referente ao CRAS Vila Paulista é o segundo mais populoso do município com cinquenta e seis mil e quinhentos e dez (56.510) residentes. Foi o território de abrangência de 14% das notificações realizadas pelo CRM em 2025. O bairro Residencial Rio de Janeiro contabilizou dezessete (17), em seguida o bairro Parque das Américas com dez (10) e Recreio dos Bandeirantes com sete (07) mulheres cada.

² Fonte: Diagnóstico Socioterritorial II: marcadores de possibilidades. Disponível em: https://portal.uberaba.mg.gov.br/secretaria_paginas/303/1.

Tabela 8

CRAS VILA PAULISTA	
BAIRRO	NOTIFICAÇÕES REGISTRADAS
RIO DE JANEIRO	17
PARQUE DAS AMÉRICAS	10
RECREIO DOS BANDEIRANTES	7
ISABEL DO NASCIMENTO	6
SÃO BENEDITO	6
JARDIM MARACANÃ	5
ANTONIO CAIADO	3
TOTAL	54

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

CRAS TUTUNAS

O território referente ao CRAS Tutunas é o terceiro mais populoso do município com cinquenta e três mil cento e quinze (53.115) residentes (SEDS, 2024, p.13). Os registros apontam que 12% das notificações realizadas pelo CRM em 2025 foram mulheres que residem neste território e o bairro com maior incidência foi o Santa Maria com quinze (15), seguido do bairro Olinda com oito (8).

Tabela 9

CRAS TUTUNAS	
BAIRRO	NOTIFICAÇÕES REGISTRADAS
SANTA MARIA	15
OLINDA	8
TUTUNAS	4
CENTRO	3
ALFREDO FREIRE	2
ALFREDO FREIRE III	2
MERCÊS	2
TUTUNAS	1
SERRA DOURADA	1
ALFREDO FREIRE II	1
DOM EDUARDO	1
JARDIM UBERABA	1
PONTAL	1
UNIVERSITÁRIO	1
RESIDENCIAL PALMEIRAS	1
JARDIM SETE COLINAS	1
TOTAL	45

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

CRAS DÉCIO MOREIRA

Em relação ao CRAS Décio Moreira, território com trinta e cinco mil trezentos e vinte e quatro (35.324) residentes (SEDS, 2024, p.13). Em 2025, este território respondeu por 11% das notificações realizadas pelo CRM. Entre os bairros, Uberaba 1 apresentou o

maior número, com (6) notificações, seguido pleos bairros Jardim Primavera e Manoel Mendes, ambos com cinco (5) cada.

Tabela 10

CRAS DÉCIO	
BAIRRO	NOTIFICAÇÕES REGISTRADAS
UBERABA I	6
JARDIM PRIMAVERA	5
MANOEL MENDES	5
RESIDENCIAL MANGUEIRAS	4
JARDIM ELZA AMUÍ II	3
RESIDENCIAL MARIA DA GLÓRIA	3
JARDIM ELZA AMUÍ I	2
CIDADE NOVA	2
AMOROSO COSTA	2
PARQUE SÃO JOSÉ	1
TITA REZENDE	1
ANTONIA CANDIDA I	1
JARDIM BELO HORIZONTE	1
JARDIM LIBÂNIO	1
ZECA MENDES	1
JOSA BERNARDINO	1
TITA REZENDE	1
JARDIM ELZA AMUÍ IV	1
ONEIDA MENDES	1
PARAÍSO	1
JOSA BERNADINO II	1
TOTAL	44

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

CRAS ABADIA

O território de abrangência do CRAS Abadia conta com trinta e nove mil novecentos e nove (39.909) residentes (SEDS, 2024, p.13). Em 2025, junto com o CRAS Décio Moreira, foi responsável pelo quarto maior percentual de notificações realizadas pela CRM, respondendo por 11% do total de notificações. Entre os bairros, o bairro Abadia com maior quantitativo, totalizando dezessete (17).

Tabela 11

CRAS ABADIA	
BAIRRO	NOTIFICAÇÕES REGISTRADAS
ABADIA	17
COSTA TELES I	6
COSTA TELES II	6
PARQUE SÃO GERALDO	4
CARTAFINA	3
BOM RETIRO	2
CIDADE JARDIM	2
VILA ESPERANÇA	2
TOTAL	42

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

CRAS POLO I

Por sua vez, o território do CRAS Polo I possui o menor número de residentes, com dezesseis mil trezentos e trinta e seis (16.336) pessoas (SEDS, 2024, p.13). Em 2025, este território concentrou 10% das notificações realizadas pelo CRM, sendo o bairro Parque das Gameleiras o que registrou o maior número, com vinte e uma (21) notificações.

Tabela 12

CRAS POLO	
BAIRRO	NOTIFICAÇÕES REGISTRADAS
PARQUE DAS GAMELEIRAS	21
VALIM DE MELO	5
JARDIM ITÁLIA	3
JARDIM ALVORADA	2
CHICA FERREIRA	2
VALIM DE MELO II	2
PARQUE DAS AROEIRAS	2
PARQUE DAS GAMELEIRA II	1
TOTAL	38

Fonte:Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

CRAS MORUMBI

O território do CRAS Morumbi conta com quarenta e quatro mil oitocentos e dois (44.802) residentes (SEDS, 2024, p.13). Em 2025, este território concentrou 10% das notificações realizadas pelo CRM, totalizando trinta e sete registros. O bairro Jardim Marajó registrou seis (6), seguido do bairro Morumbi com cinco (5).

Tabela 13

CRAS MORUMBI	
BAIRRO	NOTIFICAÇÕES REGISTRADAS
JARDIM MARAJÓ	6
MORUMBI	5
PACAEMBU	4
JARDIM MARAJÓ II	4
RESIDENCIAL TAMAREIRA	3
MORADA DU PARK	2
BEIJA FLOR	2
BEIJA FLOR II	2
RESIDENCIAL NOVA ERA	2
JARDIM MARAJÓ I	2
ILHA BELA	1
CANDIDA BORGES	1
JARDIM MARAJÓ III	1
JARDIM ESPANHA	1
VOLTA GRANDE	1
TOTAL	37

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

CRAS 2000

O território do CRAS 2000 conta com vinte e dois mil novecentos e quarenta e dois (22.942) residentes e concentrou 9% notificações realizadas pelo CRM em 2025. Entre os bairros, o Residencial 2000 apresentou o maior número: dezessete (17).

Tabela 14

CRAS 2000	
BAIRRO	VÍTIMAS REGISTRADAS
RESIDÊNCIA 2000	17
LOURDES	7
JARDIM ANATÊ II	5
JARDIM CALIFÓRNIA	2
JOSÉ BARBOSA	2
MARINGÁ I	1
GUILHERME BORGES	1
PARQUE DOS BURITIS	1
TOTAL	36

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

CRAS VIVIANE – GIRASSÓIS

No Diagnóstico Socioterritorial II os dados populacionais do território do Cras Girassóis estão anexados ao CRAS Morumbi. Em 2025, este território concentrou 7% notificações realizadas pelo CRM, sendo o bairro Parque dos Girassóis o que apresentou maior incidência, com 9 registros.

Tabela 15

CRAS GIRASSÓIS	
BAIRRO	NOTIFICAÇÕES REGISTRADAS
PARQUE DOS GIRASSÓIS	9
PARQUE DOS GIRASSÓIS III	8
JARDIM COPACABANA	5
PARQUE DAS LARANJEIRAS	2
PARQUE DOS GIRASSÓIS IV	1
JARDIM IPIRANGA	1
TOTAL	26

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

2. 4 MORADIA

A moradia está intrinsecamente relacionada às experiências de violência contra a mulher, não apenas como um indicador social, mas como um determinante central nas trajetórias de sobrevivência e de saída de situações de violência. De acordo com Ludermir e Souza (2021), a insegurança de posse e as contradições nas políticas habitacionais podem colocar as mulheres em dilemas críticos entre permanecer em um ambiente violento para

garantir um lugar para morar ou enfrentar a insegurança habitacional ao romper com a violência, sobretudo quando faltam alternativas habitacionais adequadas.

Esse enfoque amplia a compreensão de moradia inserindo-a em uma perspectiva interseccional de gênero, raça e classe, evidenciando como diferentes formas de desigualdade se cruzam e impactam a segurança e a autonomia das mulheres.

No que diz respeito à moradia, das trezentos e oitenta e sete (387) notificações, cento e setenta e oito (178) mulheres com violência notificada residem em moradia própria, cento e trinta e quatro (134) residem de aluguel, setenta e quatro (74) em moradia cedida e uma (1) vive em situação de rua.

Nesse sentido, conforme apontado pela UFPA (2023), a moradia assume um caráter ambivalente, podendo representar tanto um espaço de proteção quanto de reprodução de opressões e violências. A não garantia do direito à moradia adequada pode, portanto, agravar as condições de vulnerabilidade de mulheres em situação de violência.

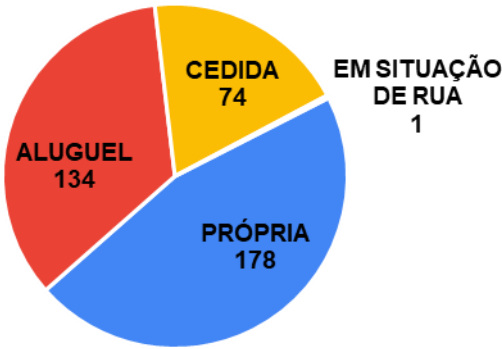
Tabela 16

CONDIÇÃO DE MORADIA DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025			
PRÓPRIA	ALUGUEL	CEDIDA	EM SITUAÇÃO DE RUA
178	134	74	1

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 7

CONDIÇÃO DE MORADIA DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



Conforme os dados, 209 mulheres com violência notificada não residem em moradia própria e estão distribuídas entre diferentes formas de habitação, como imóveis alugados, casas cedidas por familiares ou terceiros e situação de rua. Essa condição evidencia importantes fragilidades no acesso à política de habitação, indicando situações de

desproteção habitacional que podem impactar a autonomia e as condições de vida dessas mulheres.

Os aluguéis predominam no território referente ao CRAS Boa Vista, ao passo que as moradias próprias se concentram nos territórios dos CRAS Vila Paulista, Boa Vista e Girassóis. Entre todos os territórios analisados, o do CRAS 2000 foi o único a apresentar maior proporção de moradia em casas cedidas, o que pode indicar arranjos habitacionais marcados por dependência familiar ou redes de apoio informais. conforme tabelas abaixo.

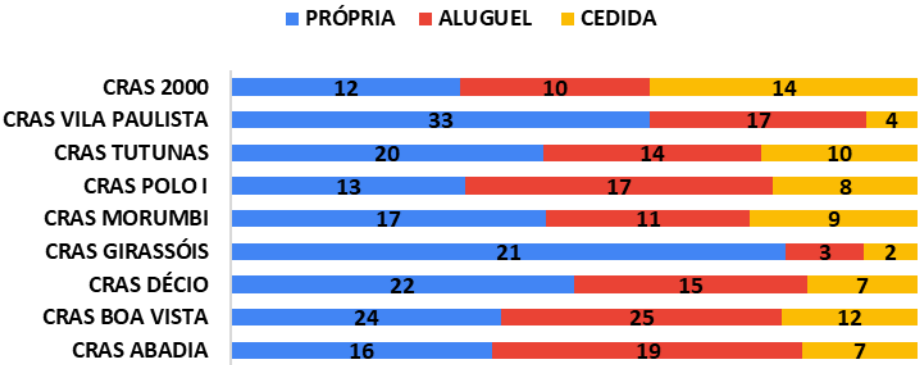
Tabela 17

CONDIÇÃO DE MORADIA POR TERRITÓRIO DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025				
TERRITÓRIO	PRÓPRIA	ALUGUEL	CEDIDA	TOTAL
CRAS ABADIA	16	19	7	42
CRAS BOA VISTA	24	25	12	61
CRAS DÉCIO	22	15	7	44
CRAS GIRASSÓIS	21	3	2	26
CRAS MORUMBI	17	11	9	37
CRAS POLO I	13	17	8	38
CRAS TUTUNAS	20	14	10	44
CRAS VILA PAULISTA	33	17	4	54
CRAS 2000	12	10	14	36
TOTAL	178	131	73	382

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 8

CONDIÇÃO DE MORADIA POR TERRITÓRIO DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025

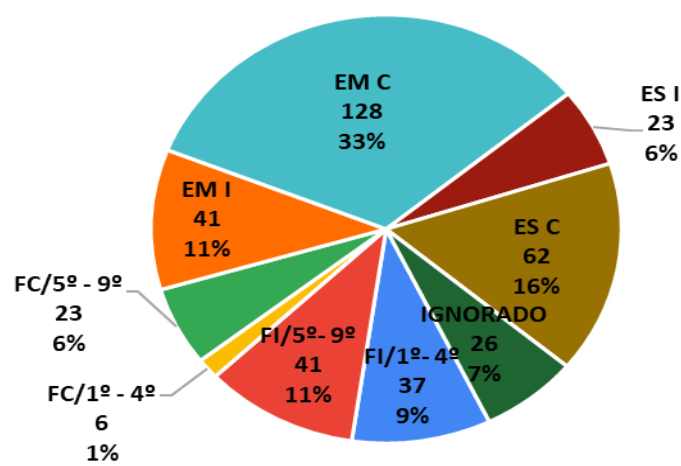


2.5. ESCOLARIDADE

Em relação à escolaridade, os dados coletados apontam que cento e vinte e oito (128) mulheres com violência notificada possuem ensino médio completo, sessenta e duas (62) possuem o ensino superior completo, trinta e sete (37) possuem o Fundamental I (1º

ao 4º ano) incompleto e seis (6) completo; quarenta e uma (41) com Fundamental II (5º ao 9º ano) incompleto e vinte e três (23) completo, quarenta e uma (41) com Ensino Médio incompleto, vinte e três (23) com Ensino Superior incompleto, nenhuma das mulheres possuem Ensino Técnico, e vinte e seis (26) tiveram a situação de escolaridade não informada.

Gráfico 9
ESCOLARIDADE DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

No que diz respeito ao território ocupado por essas mulheres, a tabela abaixo demonstra a seguinte distribuição:

Tabela 18³

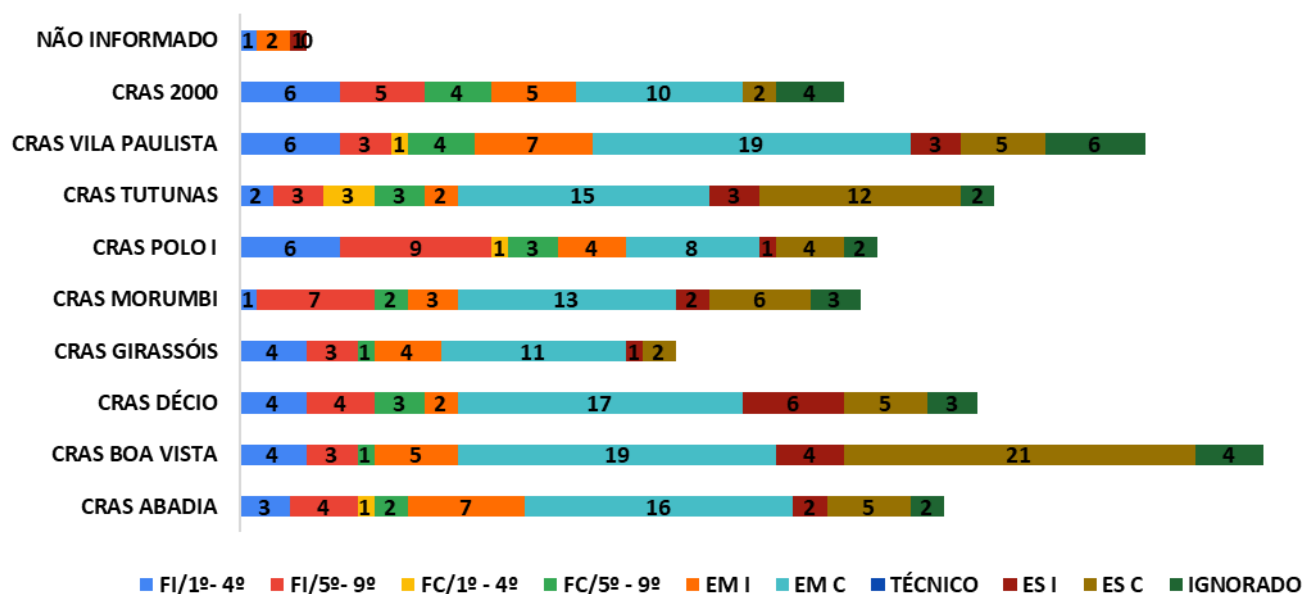
ESCOLARIDADE POR TERRITÓRIO DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025										
CRAS/ESCOLARIDADE	FI/1º- 4º	FI/5º- 9º	FC/1º - 4º	FC/5º - 9º	EM I	EM C	TÉCNICO	ES I	ES C	IGNORADO
CRAS ABADIA	3	4	1	2	7	16	-	2	5	2
CRAS BOA VISTA	4	3	-	1	5	19	-	4	21	4
CRAS DÉCIO	4	4	-	3	2	17	-	6	5	3
CRAS GIRASSÓIS	4	3	-	1	4	11	-	1	2	-
CRAS MORUMBI	1	7	-	2	3	13	-	2	6	3
CRAS POLO I	6	9	1	3	4	8	-	1	4	2
CRAS TUTUNAS	2	3	3	3	2	15	-	3	12	2
CRAS VILA PAULISTA	6	3	1	4	7	19	-	3	5	6
CRAS 2000	6	5	-	4	5	10	-	-	2	4
NÃO INFORMADO	1	-	-	-	2	-	-	1	-	-
TOTAL	37	41	6	23	41	128	0	23	62	26

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

³ LEGENDA: FI-1º A 4º (ENSINO FUNDAMENTAL I INCOMPLETO)
FI 5º A 9º (ENSINO FUNDAMENTAL II INCOMPLETO)
FC 1º A 4º (ENSINO FUNDAMENTAL I COMPLETO)
FC 5º A 9º (ENSINO FUNDAMENTAL II COMPLETO)
EM-I ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
EM- C ENSINO MÉDIO COMPLETO
ES-I ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO
ES-C ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Gráfico 10

ESCOLARIDADE POR TERRITÓRIO DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



Em relação à cor e raça das sessenta e duas (62) mulheres com Ensino Superior Completo, trinta e oito (38) são brancas e quinze (15) são negras. Das 41 mulheres que não conseguiram completar o Ensino Médio, dez (10) são brancas e vinte e oito (28) são negras e cinquenta e cinco não tiveram cor/raça informada. Conforme ilustrado na tabela e gráfico a seguir:

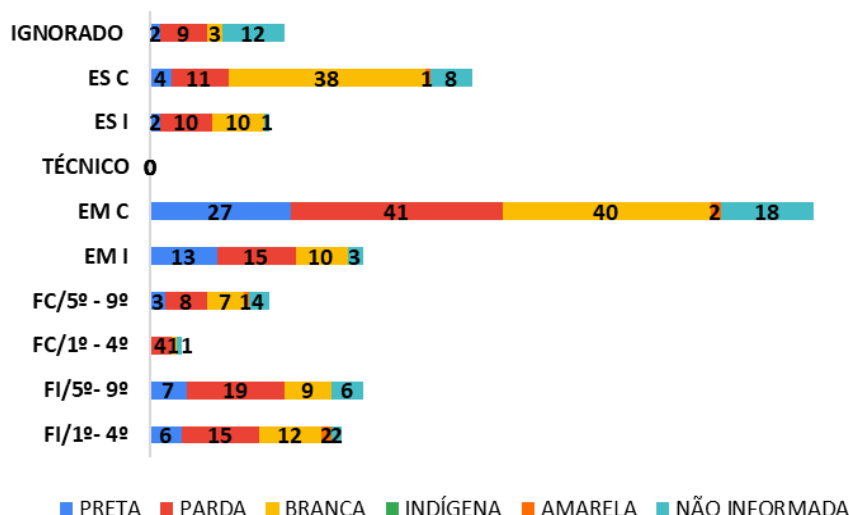
Tabela 19

ESCOLARIDADE POR COR E RAÇA DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025							TOTAL
ESCOLARIDADE/COR	PRETA	PARDA	BRANCA	INDÍGENA	AMARELA	NÃO INFORMADA	
FI/1º- 4º	6	15	12	-	2	2	37
FI/5º- 9º	7	19	9	-	-	6	41
FC/1º - 4º	-	4	1	-	-	1	6
FC/5º - 9º	3	8	7	-	1	4	23
EM I	13	15	10	-	-	3	41
EM C	27	41	40	-	2	18	128
TÉCNICO	-	-	-	-	-	-	-
ES I	2	10	10	-	-	1	23
ES C	4	11	38	-	1	8	62
IGNORADO	2	9	3	-	-	12	26
TOTAL	64	132	130	0	6	55	387

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 11

**ESCOLARIDADE POR COR E RAÇA DAS
MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM
2025**



Em relação à escolaridade por faixa etária, a maior parte das mulheres com violência notificada pelo CRM, em 2025, possuía ensino médio completo, representando cerca de 33% do total. Ainda assim, é importante destacar que mulheres com menor nível de escolaridade são mais vulneráveis à violência e tendem a permanecer por mais tempo nessas situações, seja por medo de denunciar, seja por dificuldades no acesso a informações sobre a rede de proteção social (Bernardino et al., 2016).

Nesse sentido, D'Oliveira et al. (2009) definem que a baixa escolaridade se refere a situação de pessoas com menos de oito anos de estudo, o que corresponde ao ensino fundamental incompleto.

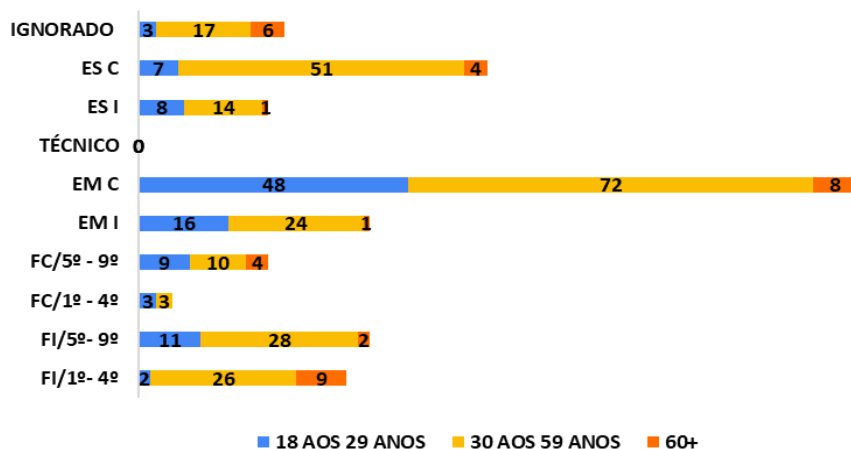
Tabela 20

ESCOLARIDADE POR FAIXA ETÁRIA DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025				
ESCOLARIDADE/FAIXA ETÁRIA	18 AOS 29 ANOS	30 AOS 59 ANOS	60+	TOTAL
FI/1ª - 4ª	2	26	9	37
FI/5ª - 9ª	11	28	2	41
FC/1ª - 4ª	3	3	-	6
FC/5ª - 9ª	9	10	4	23
EM I	16	24	1	41
EM C	48	72	8	128
TÉCNICO	-	-	-	-
ES I	8	14	1	23
ES C	7	51	4	62
IGNORADO	3	17	6	26
TOTAL	107	245	35	387

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 12

**ESCOLARIDADE POR FAIXA ETÁRIA DAS MULHERES
COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025**



2.6. TRABALHO E RENDA

No que diz respeito ao acesso ao trabalho das mulheres com violência notificada, cento e setenta (170) informaram trabalho formal, setenta e três (73) estavam na condição de trabalho informal, cento e dezessete (117) sem acesso ao trabalho e vinte e sete (27) relataram ser aposentadas ou pensionistas. Conforme mostra a tabela 21 e o gráfico a seguir:

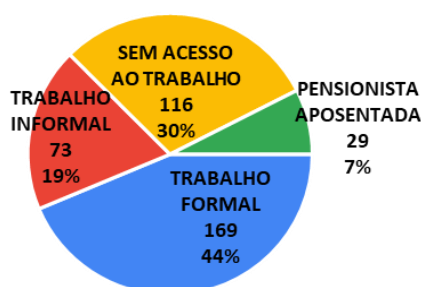
Tabela 21

CONDIÇÃO DE TRABALHO DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025				
TRABALHO FORMAL	TRABALHO INFORMAL	SEM ACESSO AO	PENSIONISTA APOSENTADA	TOTAL
169	73	116	29	387

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 13

**CONDIÇÃO DE TRABALHO DAS MULHERES COM
VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025**



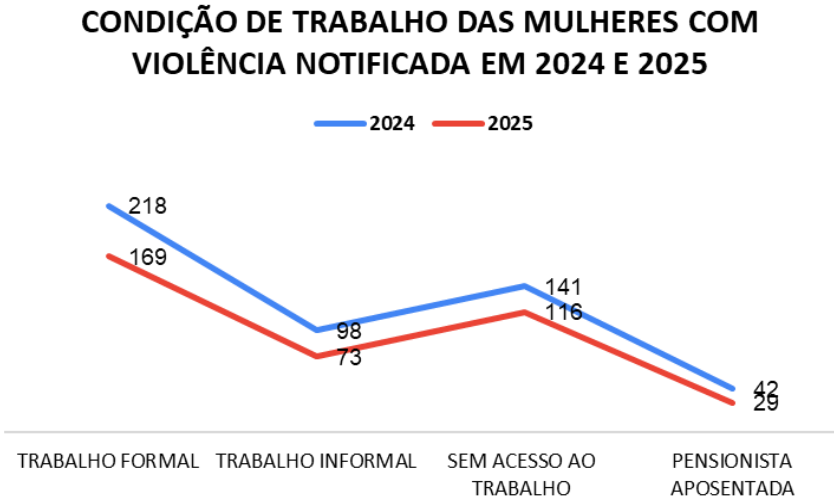
O trabalho formal é um direito social fundamental. Os dados evidenciam que no ano de 2024 duzentos e dezoito (218) mulheres estavam sem acesso ao trabalho e no de 2025 cento e oitenta e nove (189)⁴. A tabela 22 e o Gráfico 14 apresentam o comparativo entre os anos 2024 e 2025:

Tabela 22

CONDIÇÃO DE TRABALHO DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2024 E 2025					
ANO/CONDIÇÃO DE TRABALHO	TRABALHO FORMAL	TRABALHO INFORMAL	SEM ACESSO AO TRABALHO	PENSIONISTA APOSENTADA	TOTAL
2024	218	98	141	42	499
2025	169	73	116	29	387

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 14



Ao racializar a condição de trabalho das mulheres com violência notificada, no ano de 2025, temos os seguintes dados: das cento e sessenta e nove (169) mulheres inseridas no trabalho formal, cinquenta e oito (58) são brancas e oitenta e sete (87) são negras.

No que diz respeito ao trabalho informal, do total de setenta e quatro (74) mulheres, vinte e sete (27) são brancas e trinta (30) são negras.

Cento e quinze (115) mulheres informaram estar sem acesso ao trabalho; destas, trinta e três (33) são brancas e setenta (70) são negras.

Vinte e nove (29) informaram ser aposentadas e/ou pensionistas; destas, doze (12) são brancas e nove (9) são pretas.

⁴ Soma das mulheres sem acesso ao trabalho e das mulheres que estão trabalhando na informalidade, portanto sem os direitos trabalhistas garantidos.

E cinquenta e cinco (55) mulheres não informaram sua condição de trabalho.

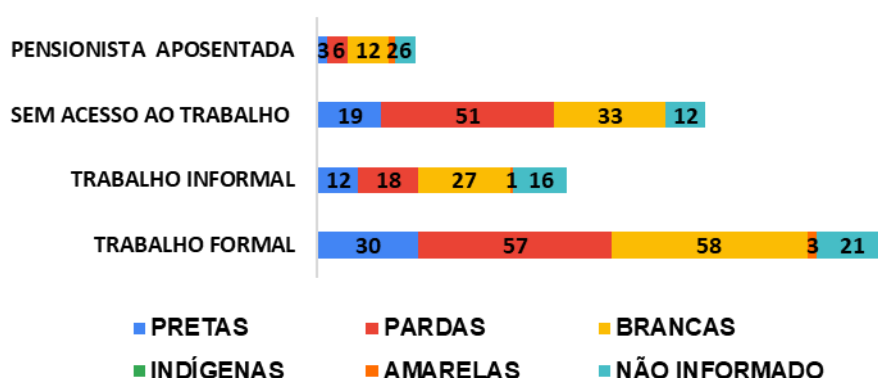
Tabela 23

CONDIÇÃO DE TRABALHO POR COR E RAÇA DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA	TRABALHO FORMAL	TRABALHO INFORMAL	SEM ACESSO AO TRABALHO	PENSIONISTA APOSENTADA	TOTAL
CONDICÃO DE TRABALHO					
PRETAS	30	12	19	3	64
PARDAS	57	18	51	6	132
BRANCAS	58	27	33	12	130
INDÍGENAS	-	-	-	-	-
AMARELAS	3	1	-	2	6
NÃO INFORMADO	21	16	12	6	55
TOTAL	169	74	115	29	387

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 15

CONDIÇÃO DE TRABALHO POR COR E RAÇA DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



No que diz respeito a renda, cinquenta e quatro (54) mulheres afirmaram não ter renda, setenta e seis (76) informaram renda inferior à um salário mínimo, duzentas e sete (207) afirmaram ter renda de dois (2) salários mínimos, vinte e sete (27) informaram ter renda de três (3) salários mínimos e vinte e três (23) acima de três (3) salários mínimos. Conforme apresentado na Tabela 23 e no Gráfico 16:

Tabela 24

CONDIÇÃO DE TRABALHO POR RENDA DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025						
CONDIÇÃO DE TRABALHO / RENDA	SEM RENDA	MENOS DE 1 SL MÍNIMO	ATÉ 2 SL MÍNIMOS	3 SL MÍNIMOS	ACIMA DE 3 SL MÍNIMOS	TOTAL
TRABALHO	1	4	127	19	19	170
TRABALHO	1	24	41	3	4	73
SEM ACESSO	52	47	17	1	-	117
PENSIONISTA	-	1	22	4	-	27
TOTAL	54	76	207	27	23	387

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 16

CONDIÇÃO DE TRABALHO POR RENDA DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



O acesso ao trabalho e à renda constitui fator fundamental no enfrentamento da violência contra a mulher, uma vez que a dependência econômica é uma das condições que contribuem para a permanência das mulheres em contextos de violência. As notificações do CRM referentes ao ano de 2025 demonstraram que, ao somar o número de mulheres que informaram exercer trabalho informal com aquelas que declararam estar sem acesso ao trabalho, somam um total de 49% das mulheres com violência notificada.

Da mesma forma, ao considerar as mulheres que não possuem renda juntamente com aquelas que possuem renda de até um salário mínimo, observa-se que esse grupo representa 33% do total de mulheres.

Esses indicadores reforçam a condição de vulnerabilidade vivenciada por mulheres em situação de violência. Tal realidade também se aproxima do cenário nacional apresentado pelo Instituto DataSenado (2025), que aponta que 49% das mulheres vítimas de violência se encontram em situação de vulnerabilidade econômica devido à ausência de acesso ao trabalho. Além disso, 56% das mulheres em situação de violência encontram-se em condição de baixa renda ou sem nenhuma renda (Brasil, 2025).

2.7. FILHOS E O TRABALHO FAMILIAR DO CUIDAR

A Tabela 24 e o Gráfico 17 mostram que, das trezentas e oitenta e sete (387) mulheres com violência notificada, cento e quinze (115) possuem um filho; cento e cinco (105), dois filhos; sessenta e três (63) não têm filhos; cinquenta e oito (58), três filhos; vinte e oito (28), quatro filhos; sete (7), cinco filhos; cinco (5), seis filhos; quatro (4), oito filhos; uma (1), sete filhos; e uma (1), doze filhos.

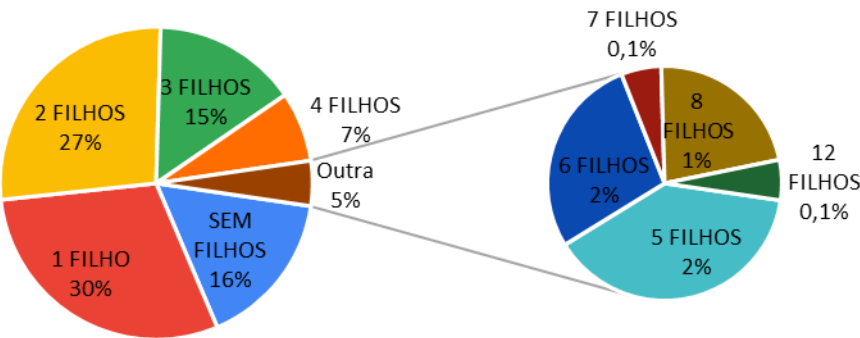
Tabela 25

MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025 E FILHOS										
SEM FILHOS	1 FILHO	2 FILHOS	3 FILHOS	4 FILHOS	5 FILHOS	6 FILHOS	7 FILHOS	8 FILHOS	12 FILHOS	TOTAL
63	115	105	58	28	7	5	1	4	1	387

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 17

MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025 E FILHOS



Cerca de 87% das mulheres com violência notificada pelo CRM no ano de 2025 possuem filhos e, desse total, 29% têm dois filhos. Esses indicadores dialogam com dados apresentados pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, que realizou um estudo sobre o perfil sociodemográfico de mulheres vítimas de violência a partir das informações coletadas nos atendimentos realizados pelos serviços de Serviço Social e Psicologia do Juizado Maria da Penha. No ano de 2024, das 720 mulheres atendidas, 76,6% possuíam filhos e 27,6% tinham dois filhos (Tribunal de Justiça do Amazonas, 2025).

Diante desse contexto, é fundamental considerar a presença dos filhos no direcionamento das ações de enfrentamento à violência contra a mulher. A existência de filhos pode influenciar as decisões das mulheres e, em muitos casos, contribuir para a

permanência em situações de violência, seja por preocupações relacionadas à proteção dos filhos, seja pelas dificuldades de reorganização da vida familiar.

Cento e setenta e oito (178) mulheres informaram exercer cuidados com terceiros ou membros da família:

Tabela 26

O CUIDADO COM TERCEIROS OU MEMBROS DA FAMÍLIA	
EXERCE CUIDADO	178
NÃO EXERCE CUIDADOS	209
TOTAL	387

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 18

O CUIDADO COM TERCEIROS OU MEMBROS DA FAMÍLIA



Ao comparar as notificações entre os anos de 2024 e 2025, no que se refere ao exercício de cuidados com terceiros ou com membros da família, observa-se que, em 2024, 228 mulheres afirmaram exercer essa função, enquanto, em 2025, esse número foi de 178.

No que diz respeito às mulheres que declararam não exercer atividades de cuidado, em 2024 foram registrados 261 casos, ao passo que, em 2025, o total foi de 209.

Tabela 27

O CUIDADO COM TERCEIROS OU MEMBROS DA FAMÍLIA EM 2024 E 2025		
	2024	2025
EXERCE CUIDADO	228	178
NÃO EXERCE CUIDADOS	261	209
NÃO INFORMADO	10	0
TOTAL	499	387

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

2.8. PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Onze (11) mulheres com violência notificada informaram viver com algum tipo de deficiência, o que corresponde aproximadamente a 3% do total das notificações em 2025. Ao passo que no ano de 2024 este número foi de vinte e uma (21) mulheres, representando 4% do total de notificações daquele ano.

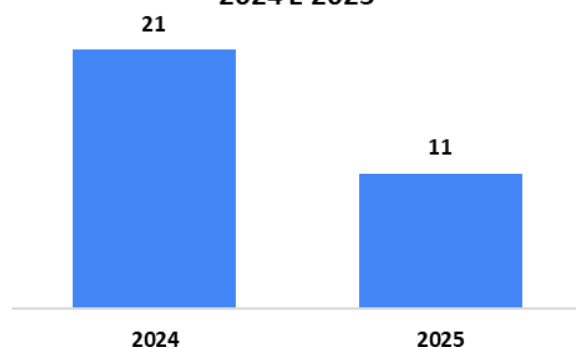
Tabela 28

MULHERES COM DEFICIÊNCIA COM NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM 2024 E 2025	
2024	2025
21	11

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 19

MULHERES COM DEFICIÊNCIA COM NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM 2024 E 2025



Ao racializar as informações do total de mulheres com deficiência, sete (7) são negras, três (3) são brancas, e uma (1) teve a cor ignorada, conforme Tabela 28 e Gráfico 20.

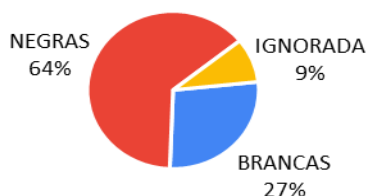
Tabela 29

PEFIL RACIAL DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA COM NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM 2025				
	BRANCAS	NEGRAS	IGNORADA	TOTAL
PCD	3	7	1	11

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 20

PERFIL RACIAL DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA COM NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM 2025



Ainda neste contexto, foram analisadas as mulheres com deficiência que acessam benefício ou não. Importante considerar que uma mulher pode receber mais de um benefício. Do total de onze (11) mulheres com violência notificada, quatro (4) não acessam benefícios e destas duas (2) são negras, uma (1) branca e uma (1) teve cor ignorada. Das sete (7) mulheres que acessam benefícios, cinco (5) são negras e duas (2) são brancas.

Tabela 30

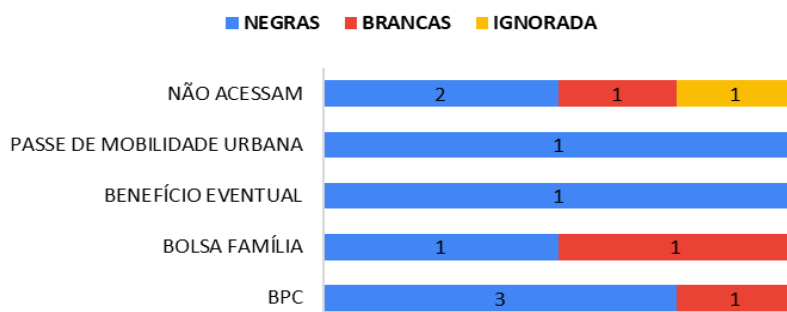
DISTRIBUIÇÃO DO ACESSO A BENEFÍCIOS DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA COM NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM 2025				
BENEFÍCIO/COR	NEGRAS	BRANCAS	IGNORADA	TOTAL
BPC	3	1	-	4
BOLSA FAMÍLIA	1	1	-	2
BENEFÍCIO EVENTUAL	1	-	-	1
PASSE DE MOBILIDADE URBANA	1	-	-	1
NÃO ACESSAM	2	1	1	4
TOTAL	8	3	1	12

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Ressalta-se que o total de acessos a benefícios por mulheres negras (8) é superior ao número de mulheres negras (7), uma vez que uma usuária acessou dois tipos distintos de benefícios.

Gráfico 21

DISTRIBUIÇÃO DO ACESSO A BENEFÍCIOS DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA COM NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM 2025



Ao territorializar as mulheres com deficiência com violência notificada pelo CRM que acessam benefícios, verifica-se que duas (2) pertencem ao território do CRAS Abadia, uma (1) ao CRAS Boa Vista, uma (1) ao CRAS Décio, uma (1) ao CRAS Vila Paulista, uma (1) ao CRAS Polo I e uma (1) não teve o território informado. As quatro (4) mulheres que não acessam benefícios pertencem aos seguintes territórios: CRAS Boa Vista, CRAS Décio, CRAS Vila Paulista e CRAS 2000.

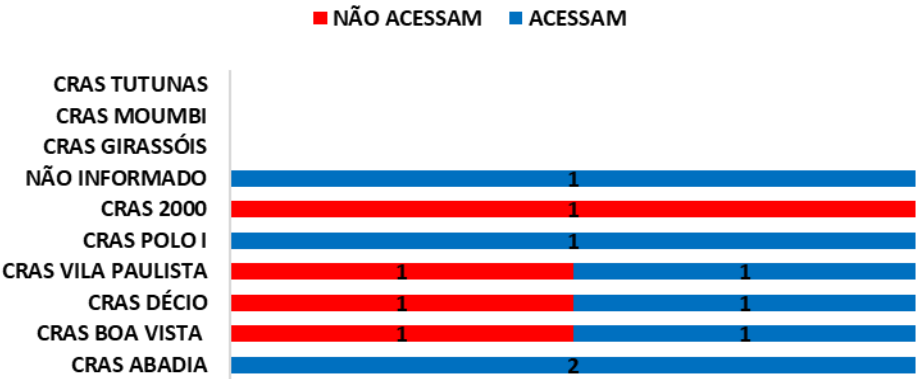
Tabela 31

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025			
TERRITÓRIO / ACESSO	NÃO ACESSAM	ACESSAM	TOTAL
CRAS ABADIA	-	2	2
CRAS BOA VISTA	1	1	2
CRAS DÉCIO	1	1	2
CRAS VILA PAULISTA	1	1	2
CRAS POLO I	-	1	1
CRAS 2000	1	-	1
NÃO INFORMADO	-	1	1
CRAS GIRASSÓIS	-	-	-
CRAS MOUMBI	-	-	-
CRAS TUTUNAS	-	-	-
TOTAL	4	7	11

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 22

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



Por fim, realizou-se um comparativo entre os anos de 2024 e 2025 acerca do acesso aos benefícios pelas mulheres com deficiência. Em 2024, do total de quatrocentas e noventa e nove (499) mulheres com violência notificada pelo CRM, onze (11) acessavam algum benefício, representando 2% desse total. Já em 2025, sete (7) mulheres acessavam benefícios, correspondendo a 1,8% do total no período.

Entre as mulheres que afirmaram viver com algum tipo de deficiência, observa-se que, em 2024, das vinte e uma (21) mulheres nessa condição, dez (10) informaram não acessar benefícios. Em 2025, entre as onze (11) mulheres que declararam viver com algum tipo de deficiência, quatro (4) relataram não ter acesso a esses benefícios.

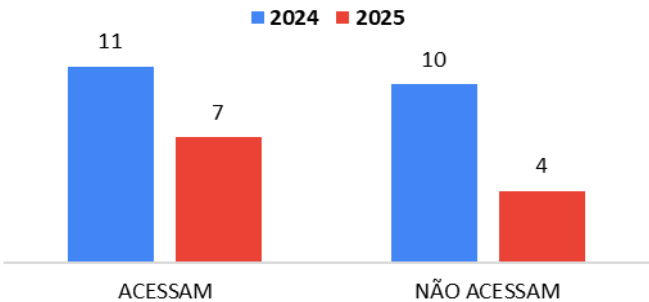
Tabela 32

ACESSO A BENEFÍCIOS E MULHERES COM DEFICIÊNCIA COM NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM 2024 E 2025		
	2024	2025
ACESSAM	11	7
NÃO ACESSAM	10	4
TOTAL	21	11

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 23

ACESSO A BENEFÍCIO E MULHERES COM DEFICIÊNCIA COM NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM 2024 E 2025



Aproximadamente 3% do total de mulheres com violência notificada pelo CRM no ano de 2025 informaram viver com algum tipo de deficiência. Em comparação, na amostra nacional apresentada pelo Instituto DataSenado (2025), esse percentual corresponde a 13%. Embora o número de notificações pelo CRM seja relativamente pequeno, ele merece atenção, uma vez que estudos realizados pelo referido instituto apontam que mulheres com deficiência estão entre as principais vítimas de violações de direitos.

O documento destaca que pessoas com deficiência “têm quase quatro vezes mais probabilidade de serem vítimas de violência do que aquelas sem deficiência”. Além disso, aponta que “a relação entre violência e deficiência configura um ciclo vicioso: a violência pode levar ao surgimento de uma deficiência e essa condição, por sua vez, aumenta a vulnerabilidade da pessoa a novas agressões” (Cerqueira; Bueno, 2025).

2.9. CADASTRO ÚNICO

O gráfico e a tabela a seguir mostram que cento e sessenta e quatro (164) mulheres com violência notificada pelo CRM em 2025 possuem inscrição no Cadastro Único, representando 42% do total de mulheres. Duzentas e uma (201) mulheres não possuem inscrição, e vinte e duas (22) não informaram.

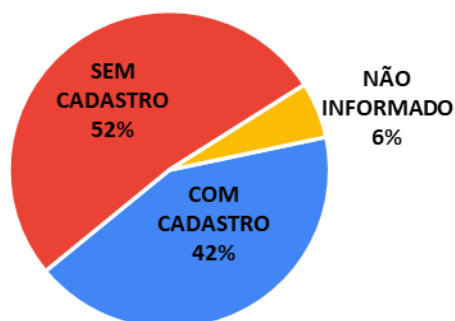
Tabela 33

CADASTRO ÚNICO E MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025	
COM CADASTRO	164
SEM CADASTRO	201
NÃO INFORMADO	22
TOTAL	387

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 24

CADASTRO ÚNICO E MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



Das duzentas e uma (201) mulheres com violência notificada pelo CRM no ano de 2025 que não possuem inscrição no Cadastro Único, vinte (20) pertencem ao território do CRAS Abadia, quarenta e quatro (44) ao CRAS Boa Vista, vinte e quatro (24) ao CRAS Décio Moreira, dez (10) ao CRAS Girassóis, dezenove (19) ao CRAS Morumbi, treze (13) ao CRAS Polo I, trinta e seis (36) ao CRAS Tutunas, vinte (20) ao CRAS Vila Paulista e treze (13) ao CRAS 2000. Registra-se ainda que duas (2) mulheres não informaram o território de referência.

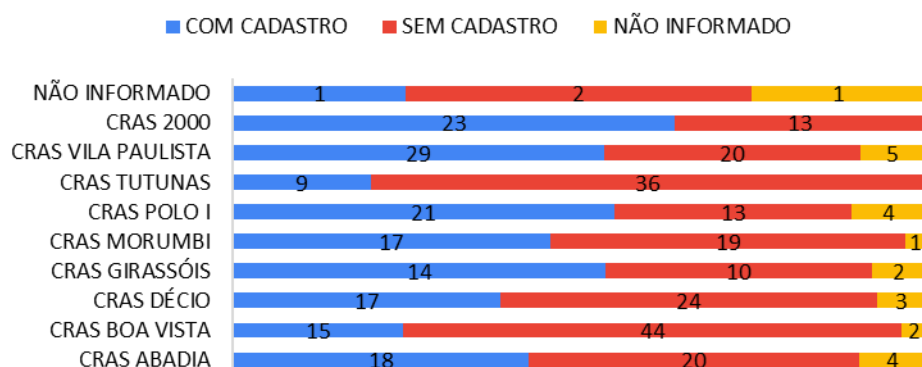
Tabela 34

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL E CADASTRO ÚNICO DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025				
TERRITÓRIO	COM CADASTRO	SEM CADASTRO	NÃO INFORMADO	TOTAL
CRAS ABADIA	18	20	4	42
CRAS BOA VISTA	15	44	2	61
CRAS DÉCIO	17	24	3	44
CRAS GIRASSÓIS	14	10	2	26
CRAS MORUMBI	17	19	1	37
CRAS POLO I	21	13	4	38
CRAS TUTUNAS	9	36	-	45
CRAS VILA PAULISTA	29	20	5	54
CRAS 2000	23	13	-	36
NÃO INFORMADO	1	2	1	4
TOTAL	164	201	22	387

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 25

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL E CADASTRO ÚNICO DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



2.10. BENEFÍCIOS

Do total de 387 mulheres com violência notificada, 253 não acessam benefícios socioassistenciais. Entre as mulheres negras (n=196), 113 não acessam benefícios, o que corresponde a 57,7% desse grupo. O volume expressivo de mulheres negras sem acesso a benefícios evidencia a necessidade de atenção às desigualdades raciais no alcance das políticas de proteção social.

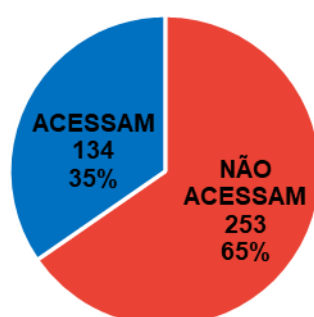
Tabela 35

O ACESSO À BENEFÍCIOS DE MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025	
SITUAÇÃO	REGISTROS
NÃO ACESSAM	253
ACESSAM	134
TOTAL	387

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 26

O ACESSO À BENEFÍCIOS DE MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



A tabela e o gráfico a seguir apresentam o acesso a benefícios por mulheres com violência notificada pelo CRM em 2025, segundo cor/raça. Ressalta-se que uma mesma mulher pode acessar mais de um tipo de benefício; por esse motivo, os dados referem-se ao número de acessos a benefícios, e não ao número de mulheres com violência notificada.

Foram registrados 108 acessos ao Programa Bolsa Família, dos quais 64 correspondem ao acesso por mulheres negras. No Benefício de Prestação Continuada (BPC), contabilizaram-se 20 acessos, sendo 13 de mulheres negras e 7 de mulheres brancas.

Em relação aos benefícios eventuais, foram registrados 7 acessos, todos por mulheres negras. Por fim, o benefício de Passe de Mobilidade Urbana apresentou 4 acessos, também integralmente por mulheres negras.

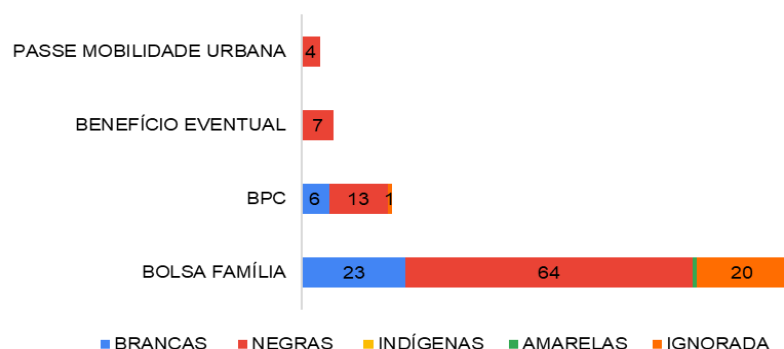
Tabela 36

ACESSO A BENEFÍCIOS POR COR E RAÇA DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025						
BENEFÍCIOS	BRANCAS	NEGRAS	INDÍGENAS	AMARELAS	IGNORADA	TOTAL
BOLSA FAMÍLIA	23	64	-	1	20	108
BPC	6	13	-	-	1	20
BENEFÍCIO EVENTUAL	-	7	-	-	-	7
PASSE MOBILIDADE URBANA	-	4	-	-	-	4

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 27

ACESSO A BENEFÍCIOS POR COR E RAÇA DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



Observa-se a predominância de mulheres negras no acesso aos benefícios analisados, especialmente nos benefícios eventuais e no Passe de Mobilidade Urbana, nos quais a totalidade dos acessos foi realizada por esse grupo.

2.10.1 BENEFÍCIOS EVENTUAIS- BE⁵

Do total de mulheres com violência notificada pelo CRM em 2025, apenas 7 acessaram benefícios eventuais, todas negras e sem renda ou com renda inferior a um salário mínimo. Ressalta-se que uma mesma mulher pode acessar mais de um tipo de benefício eventual, razão pela qual o número de registros é superior ao número de mulheres. Entre os benefícios concedidos, destaca-se o ‘Benefício Eventual – Auxílio Mulher Protegida’, com 6 registros, seguido do ‘Benefício Eventual – Auxílio Alimentação (Vulnerabilidade Temporária)’, também com 6 registros, e do ‘Benefício Eventual – Auxílio Alimentação (Situação de Calamidade ou Emergência)’, com 2 registros.

Tabela 37

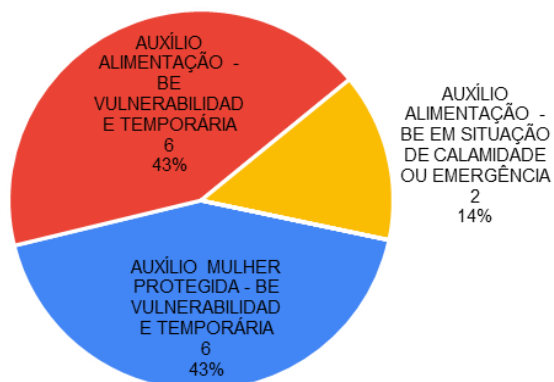
BENEFÍCIOS EVENTUAIS ACESSADOS PELAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025	
TIPO DE BENEFÍCIO EVENTUAL	REGISTROS
AUXÍLIO MULHER PROTEGIDA - BE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA	6
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - BE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA	6
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - BE EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADE OU EMERGÊNCIA	2
MORTE	-
AUXÍLIO HABITAÇÃO - BE EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADE OU EMERGÊNCIA	-
NASCIMENTO	-
TOTAL	14

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

⁵ Resolução nº46/2023 CMAS- Estabelece critérios e prazos para a concessão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social do município de Uberaba- MG. O artigo 2º define o benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social de caráter suplementar e temporário, integrante do Sistema Único de Assistência Social - SUAS

Gráfico 28

**BENEFÍCIOS EVENTUAIS ACESSADOS PELAS
MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM
2025**



2.11 CONSIDERAÇÕES

No perfil sociodemográfico das mulheres com violência notificada pelo CRM no ano de 2025, analisou-se as seguintes categorias: território, moradia, cor/raça, faixa etária, escolaridade, trabalho e renda, filhos e trabalho familiar de cuidar, pessoa com deficiência, Cadastro Único e benefícios.

Os dados analisados evidenciam uma presença expressiva de mulheres negras nas categorias analisadas, o que não pode ser compreendido de forma isolada. À luz do conceito de interseccionalidade, observa-se que marcadores sociais como raça e gênero se articulam, produzindo experiências específicas de vulnerabilidade e desigualdade.

Nesse sentido, os resultados reforçam a importância de não apenas reconhecer essa realidade, mas de destacá-la como elemento central para a formulação, implementação e ampliação de políticas públicas. Tais políticas devem considerar as particularidades vivenciadas por mulheres negras, de modo a enfrentar desigualdades estruturais de forma mais efetiva e equitativa.

No processo de racialização dos dados, alguns indicadores se destacaram no que se refere à escolaridade e às condições socioeconômicas das mulheres com violência notificada pelo CRM. Em relação à escolaridade, entre as mulheres que possuem ensino médio, 21% são mulheres negras.

No que diz respeito à condição de trabalho, ao considerar conjuntamente as mulheres que estão sem acesso ao trabalho e aquelas inseridas em atividades informais, observa-se que 53% desse grupo é composto por mulheres negras.

Em relação ao acesso a benefícios sociais, entre as mulheres que informaram não acessar nenhum benefício, 52% são mulheres negras. Por outro lado, entre aquelas que afirmaram acessar benefícios como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), os Benefícios Eventuais e o Passe Mobilidade, 75% são mulheres negras. No que se refere especificamente aos Benefícios Eventuais, 91% das mulheres que declararam recebê-los são negras. Entre as mulheres com deficiência 64% são negras e, desse grupo, 75% acessam algum tipo de benefício.

Dados da Agência Senado (2025) indicam que 66% das mulheres negras vítimas de violência possuem baixa ou nenhuma renda, enquanto apenas 34% têm ensino médio completo. Esses resultados contribuem para a compreensão do contexto de vulnerabilidade social vivenciado por mulheres negras no Brasil, evidenciando a interseção entre desigualdades de raça, renda e escolaridade.

O perfil sociodemográfico das mulheres com violência notificada pelo CRM em 2025 apresenta aproximações com dados nacionais, especialmente no que se refere às condições de vulnerabilidade social. Os indicadores analisados evidenciam a necessidade de fortalecimento e direcionamento das políticas públicas, com destaque para as políticas de habitação e de geração de renda.

Nesse contexto, reforça-se a importância de analisar a violência contra a mulher a partir da perspectiva da interseccionalidade, considerando como as dimensões de raça, gênero, classe, sexualidade e deficiência se articulam na produção de desigualdades sociais.

3. CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Esta seção apresenta o perfil da violência, evidenciando os tipos mais recorrentes, sua distribuição espacial e os principais locais de ocorrência. A análise busca aprofundar a compreensão das dinâmicas que permeiam essas manifestações no território, considerando suas múltiplas determinações e contextos de incidência. Ao sistematizar essas informações, pretende-se oferecer subsídios qualificados para o planejamento, a formulação e o aprimoramento de estratégias de prevenção e enfrentamento, no âmbito da atuação articulada da rede intersetorial.

3. 1. TIPOS DE VIOLÊNCIA

A violência contra a mulher raramente ocorre de forma isolada, sendo comum que uma mesma mulher vivencie múltiplas formas de violência simultaneamente. Nesse contexto, o presente levantamento apresenta os tipos de violência mais frequentes nas notificações registradas pelo CRM em 2025, incluindo violência psicológica, física, doméstica/intrafamiliar, moral, financeira/econômica/patrimonial, ameaças, violência sexual, além de registros de racismo e LGBTfobia.

Ao todo, foram registradas 960 ocorrências de tipos de violência, evidenciando a sobreposição dessas situações em um mesmo caso. A tabela e o gráfico a seguir apresentam a distribuição dessas ocorrências segundo raça/cor.

A violência psicológica foi a mais recorrente, totalizando 316 ocorrências, das quais 158 foram contra mulheres negras. Em seguida, destaca-se a violência física, com 199 registros, sendo 103 contra mulheres negras.

A violência doméstica/intrafamiliar contabilizou 147 ocorrências, das quais 91 atingiram mulheres negras, enquanto a violência moral somou 157 registros, com 68 ocorrências contra mulheres negras.

No que se refere à violência financeira, econômica e patrimonial, foram registradas 88 notificações, sendo 44 contra mulheres negras. As ameaças totalizaram 27 registros, com 8 ocorrências contra mulheres negras, e a violência sexual somou 24 notificações, das quais 9 foram contra mulheres negras. Por fim, registrou-se 1 caso de racismo e LGBTfobia envolvendo mulher negra.

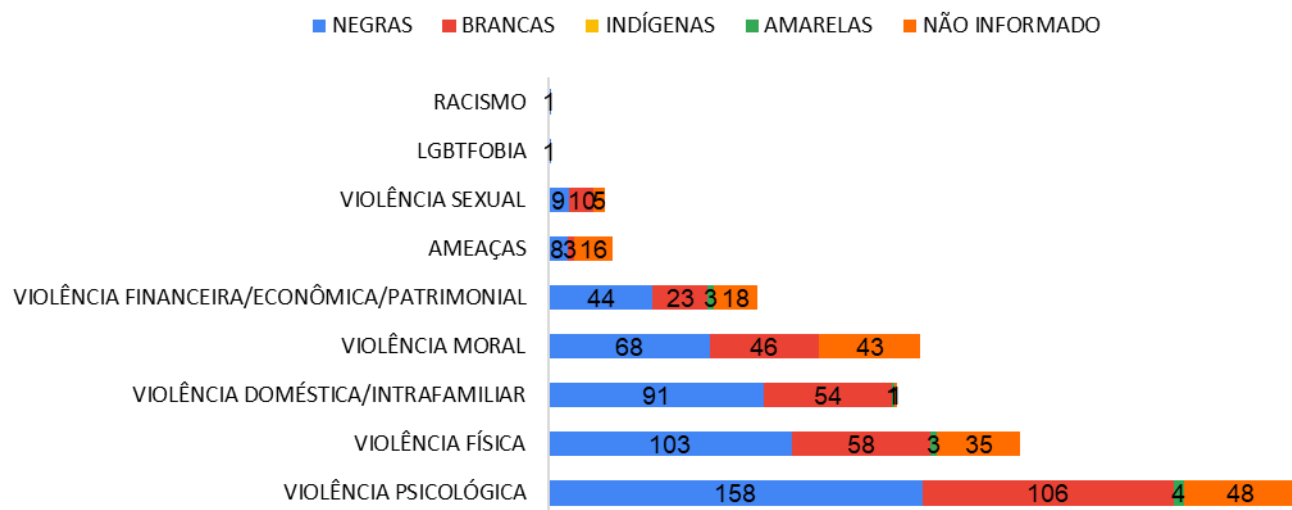
Tabela 38

TIPOS DE VIOLÊNCIA COMETIDAS CONTRA MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025						
TIPOS DE VIOLÊNCIA	NEGRAS	BRANCAS	INDÍGENAS	AMARELAS	NÃO INFORMADO	TOTAL
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	158	106	-	4	48	316
VIOLÊNCIA FÍSICA	103	58	-	3	35	199
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA/INTRAFAMILIAR	91	54	-	1	1	147
VIOLÊNCIA MORAL	68	46	-	-	43	157
VIOLÊNCIA FINANCEIRA/ECONÔMICA/PATRIMONIAL	44	23	-	3	18	88
AMEAÇAS	8	3	-	-	16	27
VIOLÊNCIA SEXUAL	9	10	-	-	5	24
LGBTFOBIA	1	-	-	-	-	1
RACISMO	1	-	-	-	-	1
TOTAL	483	300	-	11	166	960

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 29

TIPOS DE VIOLÊNCIA COMETIDAS CONTRA MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



Ao territorializar as notificações dos tipos de violência por território de CRAS, os dados apontam maior incidência nos seguintes territórios: CRAS Boa Vista, com cento e sessenta e dois (162) registros; CRAS Vila Paulista, com cento e trinta e três (133); CRAS Abadia, com cento e dezesseis (116); CRAS Tutunas, com cento e seis (106); e CRAS Décio Moreira, com cento e três (103) registros. Os demais territórios apresentaram os seguintes quantitativos: CRAS 2000, com noventa e seis (96) registros; CRAS Morumbi, com noventa e um (91); CRAS Polo I, com oitenta e um (81); e CRAS Girassóis, com sessenta e dois (62) registros.

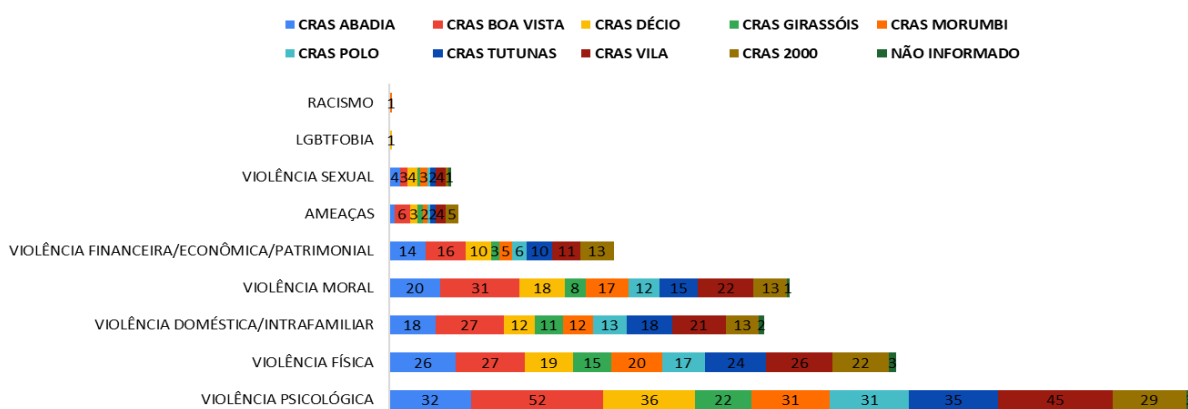
Tabela 39

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025											
TIPOS DE VIOLÊNCIA	CRAS ABADIA	CRAS BOA VISTA	CRAS DÉCIO	CRAS GIRASSÓIS	CRAS MORUMBI	CRAS POLO	CRAS TUTUNAS	CRAS VILA	CRAS 2000	NÃO INFORMADO	TOTAL
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	32	52	36	22	31	31	35	45	29	3	316
VIOLÊNCIA FÍSICA	26	27	19	15	20	17	24	26	22	3	199
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA/INTRAFAMILIAR	18	27	12	11	12	13	18	21	13	2	147
VIOLÊNCIA MORAL	20	31	18	8	17	12	15	22	13	1	157
VIOLÊNCIA FINANCEIRA/ECONÔMICA/PATRIMONIAL	14	16	10	3	5	6	10	11	13	-	88
AMEAÇAS	2	6	3	2	2	1	2	4	5	-	27
VIOLÊNCIA SEXUAL	4	3	4	1	3	1	2	4	1	1	24
LGBTFOBIA	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
RACISMO	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
TOTAL	116	162	103	62	91	81	106	133	96	10	960

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 30

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA PRATICADOS CONTRA AS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



3. 2. LOCAL DA OCORRÊNCIA

A tabela e o gráfico a seguir apresentam os dados referentes ao local das ocorrências de violências notificadas pelo CRM em 2025. A maior incidência foi na própria residência da mulher, com duzentos e cinquenta e seis (256) registros, em seguida foram identificadas quarenta e oito (48) na residência⁶, vinte e dois (22) registros em via pública, vinte e um (21) registros na residência do agressor, vinte (20) na residência de terceiros. Também foram registrados doze (12) em ambiente virtual, sete (7) ocorreram no comércio, serviços, bar ou similar, três (3) no local de trabalho e três (3) em local não informado.

⁶ O termo “residência” foi utilizado para indicar o local de ocorrência da violência. Destaca-se que, nos registros analisados, não foi possível identificar se o local corresponde à residência da mulher, do agressor ou de terceiros.

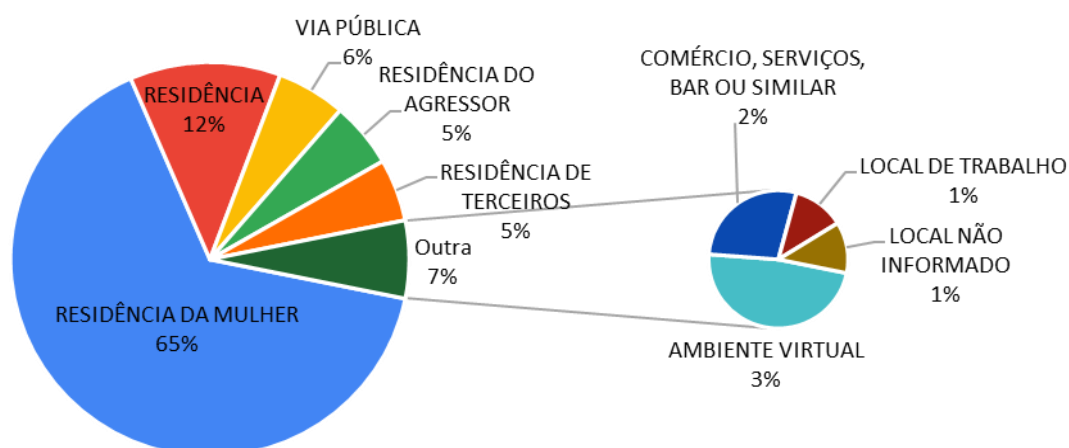
Tabela 40

LOCAL DA OCORRÊNCIA DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025	
LOCAL DA OCORRÊNCIA	REGISTROS
RESIDÊNCIA DA MULHER	256
RESIDÊNCIA	48
VIA PÚBLICA	22
RESIDÊNCIA DO AGRESSOR	21
RESIDÊNCIA DE TERCEIROS	20
AMBIENTE VIRTUAL	12
COMÉRCIO, SERVIÇOS, BAR OU SIMILAR	7
LOCAL DE TRABALHO	3
LOCAL NÃO INFORMADO	3
TOTAL	392

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 31

LOCAL DA OCORRÊNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



No que diz respeito às **ocorrências nas residências das mulheres com violência notificada**, a tabela e o gráfico a seguir apresentam a incidência territorializada por CRAS. Dos duzentos e cinquenta e seis (256) registros, trinta e sete (37) correspondem ao território do CRAS Boa Vista; trinta e cinco (35) ao território do CRAS Vila Paulista, trinta e quatro (34) ao território do CRAS Décio, trinta e dois (32) ao do CRAS Abadia, estes territórios de CRAS se destacaram com maior incidência.

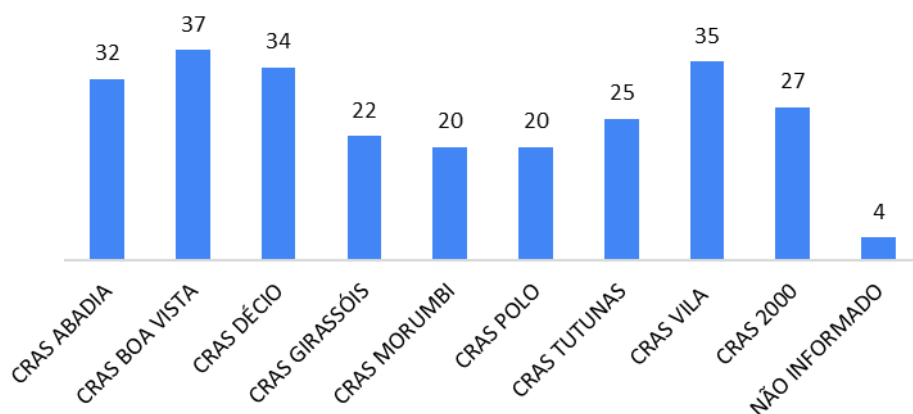
Tabela 41

TERRITÓRIO DAS VIOLÊNCIAS OCORRIDAS NAS RESIDÊNCIAS DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025	
CRAS DE REFERÊNCIA	REGISTROS
CRAS ABADIA	32
CRAS BOA VISTA	37
CRAS DÉCIO	34
CRAS GIRASSÓIS	22
CRAS MORUMBI	20
CRAS POLO	20
CRAS TUTUNAS	25
CRAS VILA	35
CRAS 2000	27
NÃO INFORMADO	4
TOTAL	256

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 32

TERRITÓRIO DAS VIOLÊNCIAS OCORRIDAS NAS RESIDÊNCIAS DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



3.3 CONSIDERAÇÕES

Considerando que uma mulher pode sofrer mais de um tipo de violência no ano de 2025 foram registrados novecentos e sessenta (960) tipos de violência, deste total 50% foram ocorrências contra mulheres negras. Os tipos de violência registrados foram: Violência Psicológica, Violência Física, Violência Doméstica/Intrafamiliar, Violência Moral, Violência Financeira/Econômica/ Patrimonial, Ameaças, Violência Sexual, LGBTFOBIA e racismo.

As violências que se destacaram foram: violência psicológica; violência física e violência moral, com predominância de ocorrências contra as mulheres negras.

Na análise do *Atlas da Violência* de 2025, observa-se que a violência psicológica se destaca dos demais tipos de violência, o que vai ao encontro das reflexões de Cisne e Oliveira (2018), que apontam a centralidade das violências psicológica e moral nos estudos sobre violência contra a mulher. Esse dado reforça a necessidade de compreender a complexidade das manifestações das violências, que ultrapassam as dimensões físicas e se expressam também de forma subjetiva e simbólica.

Nesse contexto, é fundamental considerar que, embora todas as mulheres em uma sociedade patriarcal estejam suscetíveis à violência, as desigualdades de classe e raça incidem diretamente sobre a forma como essa violência é vivenciada. Assim, ao destacar a maior vulnerabilidade de mulheres negras e pobres, não se nega a ocorrência de violência entre mulheres brancas e de classes mais favorecidas, mas evidencia-se que as relações sociais desiguais produzem impactos distintos e mais intensos sobre determinados grupos.

Quando foi ressaltado que as mulheres pobres e negras são mais vulneráveis à violência e violação de direitos, não negou-se que as mulheres brancas e ricas também sofrem violência. Todas as mulheres numa sociedade patriarcal, sofrem, de alguma forma, violência. As relações de classe e raça, todavia, complexificam as violências sexistas, pois imprimem determinações estruturantes de desigualdades. Em outras palavras, o que se quer afirmar é que a Violência Contra Mulher é também mediada pelas relações de classe e pelo racismo que estruturam historicamente a sociedade brasileira, juntamente com o patriarcado. Esse pensamento se assenta na compreensão já apontada, de que a violência não se restringe às relações individuais, mas corresponde a tudo que nega a condição humana, que explora, oprime e viola as condições de integridade do nosso corpo e espírito (Cisne; Oliveira, 2018, p.92).

No que diz respeito ao local de ocorrência da violência, as notificações realizadas pelo CRM no ano de 2025 indicam que 66% dos casos ocorreram na residência da vítima. Esse dado converge com as estatísticas apresentadas pelo *Atlas da Violência* (2025), que apontam que mais de 80% das ocorrências de violência contra a mulher acontecem no ambiente doméstico.

Tais evidências reforçam a centralidade do espaço doméstico como locus privilegiado da violência e evidenciam a necessidade de fortalecimento de ações territorializadas e intersetoriais. Nesse sentido, torna-se fundamental investir tanto em estratégias de prevenção quanto em intervenções mais ágeis e efetivas, considerando as especificidades do território e a articulação entre as políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher.

4. CARACTERIZAÇÃO DOS ATENDIMENTOS ÀS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA

Esta seção apresenta a caracterização dos atendimentos realizados pelo CRM com foco nas demandas apresentadas pelas mulheres com violência notificada e nos encaminhamentos realizados para rede proteção da mulher e demais serviços da rede intersetorial a partir da situação de violência. O acesso aos benefícios se caracteriza como uma das formas de atender as demandas trazidas pelas mulheres, contribuindo para que elas saiam da condição de vulnerabilidade e tenham recursos para romper com as situações de violência.

4.1 PASSE MOBILIDADE

O passe mobilidade configura-se como um dos benefícios destinados às mulheres em situação de violência, estando fundamentado na Lei nº 11.340/2006. Essa normativa estabelece mecanismos de proteção e garantia de direitos, dentre os quais se destaca a possibilidade de acesso a recursos que favoreçam a autonomia e o rompimento com o ciclo de violência, incluindo o deslocamento para acesso à rede de proteção.

No ano de 2025, dezenove (19) mulheres com violência notificada acessaram o passe mobilidade durante o atendimento, o que corresponde a aproximadamente 5% do total de mulheres acompanhadas, evidenciando uma baixa adesão a um benefício estratégico para o acesso aos serviços da rede de proteção, o que pode indicar entraves institucionais, desconhecimento ou dificuldades operacionais na sua concessão.

Tabela 42

ACESSO AO PASSE MOBILIDADE DE MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025	
ACESSARAM	19
NÃO ACESSARAM	368
TOTAL	387

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 33

ACESSO AO PASSE MOBILIDADE DE MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



Ao racializar o número de mulheres com violência notificada que acessaram o benefício passe mobilidade, a tabela e o gráfico a seguir, mostram que do total de dezenove (19) mulheres, doze (12) se declararam negras, cinco (5) brancas, e duas (2) não tiveram cor/raça informada.

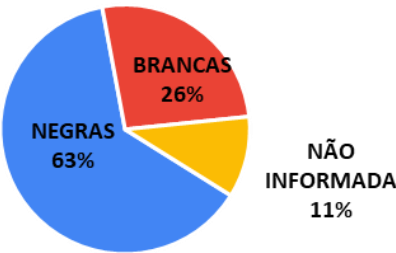
Tabela 43

DISTRIBUIÇÃO DO ACESSO AO PASSE MOBILIDADE POR COR E RAÇA DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025	
COR E RAÇA	REGISTRO
NEGRAS	12
BRANCAS	5
NÃO INFORMADA	2
TOTAL	19

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 34

DISTRIBUIÇÃO DO ACESSO AO PASSE MOBILIDADE POR COR E RAÇA DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



Ao territorializar o número de mulheres com violência notificada que acessaram o benefício passe mobilidade, do total das dezenove (19) mulheres duas (2) pertencem ao território do CRAS Boa Vista, duas (2) ao território do CRAS Décio, uma (1) pertence ao território do CRAS Girassóis, duas (2) do CRAS Morumbi, três (3) do CRAS Polo I, três (3) do CRAS Tutunas, quatro (4) CRAS Vila e dois (2) CRAS 2000. No território do CRAS Abadia não houve mulheres que acessaram o benefício passe mobilidade.

Em comparação com os dados do ano de 2024, em que vinte e seis (26) mulheres acessaram o benefício passe mobilidade, deste total três (3) faziam parte do território do CRAS Abadia, CRAS Décio e CRAS Girassóis, quatro (4) do CRAS Polo I, seis (6) do CRAS Tutunas, cinco (5) do CRAS Vila Paulista, e dois (2) do CRAS 2000. Conforme demonstrado na Tabela e Gráfico a seguir:

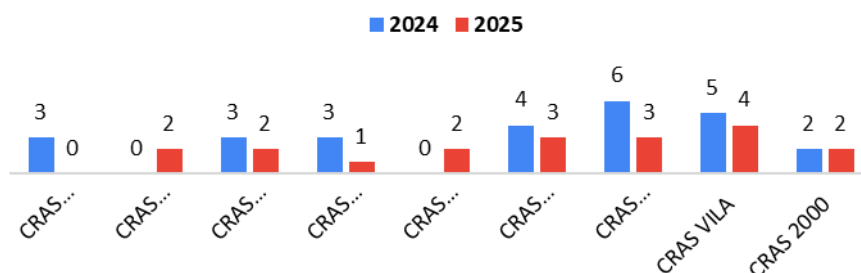
Tabela 44

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO ACESSO AO PASSE MOBILIDADE DE MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2024 E 2025		
TERRITÓRIO	2024	2025
CRAS ABADIA	3	-
CRAS BOA VISTA	-	2
CRAS DÉCIO	3	2
CRAS GIRASSÓIS	3	1
CRAS MORUMBI	-	2
CRAS POLO I	4	3
CRAS TUTUNAS	6	3
CRAS VILA	5	4
CRAS 2000	2	2
TOTAL	26	19

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 35

**DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO ACESSO AO PASSE
MOBILIDADE DE MULHERES COM VIOLÊNCIA
NOTIFICADA EM 2024 E 2025**



A tabela e o gráfico a seguir mostram que das dezenove (19) mulheres com violência notificada que acessaram o benefício, onze (11) estavam fora do mercado de trabalho, cinco (5) inseridas em atividades informais e três (3) aposentadas/pensionistas.

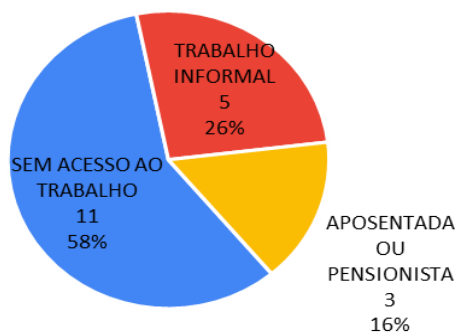
Tabela 45

CONDIÇÃO DE TRABALHO E ACESSO AO PASSE MOBILIDADE DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025	
CONDIÇÃO DE TRABALHO	REGISTROS
SEM ACESSO AO TRABALHO	11
TRABALHO INFORMAL	5
APOSENTADA OU PENSIONISTA	3
TOTAL	19

Fonte: Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026.

Gráfico 36

CONDIÇÃO DE TRABALHO E ACESSO AO PASSE MOBILIDADE DAS MULHERES COM VIOLÊNCIA NOTIFICADA EM 2025



Os dados apontam que a partir dos atendimentos das mulheres com violência notificada pelo CRM, verificou-se que, no ano de 2025, apenas 5% das mulheres acessaram o benefício passe mobilidade no momento da notificação, correspondendo a 19 mulheres. Deste total, 11 (58%) encontravam-se sem acesso ao trabalho, evidenciando a relação entre vulnerabilidade socioeconômica e a necessidade do benefício. Ademais, 12 mulheres (63%) se autodeclararam negras, o que reforça a intersecção entre gênero, raça e desigualdade social no acesso às políticas públicas.

Destaca-se que o passe mobilidade constitui um instrumento fundamental para viabilizar o deslocamento das mulheres aos serviços que compõem a rede de proteção social. Após a denúncia da violência, inicia-se um processo contínuo e complexo de acompanhamento, que envolve múltiplas dimensões da vida social, exigindo acesso a diferentes políticas públicas e serviços especializados.

Esse percurso é denominado pela Organização Pan-Americana da Saúde como “rota crítica”, caracterizando-se como o conjunto de decisões e ações empreendidas pelas mulheres no enfrentamento das situações de violência. Tal processo tem início, em geral, com o rompimento do silêncio, seguido pela busca por apoio institucional e social.

Segundo a OPAS (2000), a rota crítica é dinâmica e envolve a interação entre fatores internos (sentimentos, percepções e reflexões individuais) e fatores externos (rede de apoio estruturada, disponibilidade de serviços e acesso a recursos materiais e profissionais qualificados). Ressalta-se que esse percurso não ocorre de forma linear, sendo marcado por avanços e retrocessos. Nesse sentido, as políticas públicas, materializadas por meio dos

serviços ofertados, constituem elementos centrais para o fortalecimento dessa trajetória e para a superação das situações de violência

4.2 ABRIGAMENTO

O Serviço de Abrigamento é uma medida emergencial de proteção para as mulheres em situação de violência, no momento do atendimento do CRM é feita avaliação técnica para analisar o risco iminente ou não. Conforme as tabelas a seguir, no ano de 2025, trezentos e sessenta e nove (369) mulheres com violência notificada não tiveram a necessidade de acessar este serviço e dezoito (18) mulheres precisaram acessá-lo. Do total de dezoito (18) mulheres encaminhadas para o serviço de abrigamento dez (10) aceitaram e oito (8) recusaram o encaminhamento.

Tabela 46*

MULHERES QUE NECESSITARAM DE ABRIGAMENTO	
SEM NECESSIDADE	369
COM NECESSIDADE	18
TOTAL	387

*Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026

Tabela 47*

ACEITE OU RECUSA DO ABRIGAMENTO	
ACEITARAM ABRIGAMENTO	10
RECUSARAM ABRIGAMENTO	8
TOTAL	18

*Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026

4.2.1 ABRIGAMENTO E CONDIÇÃO DE MORADIA

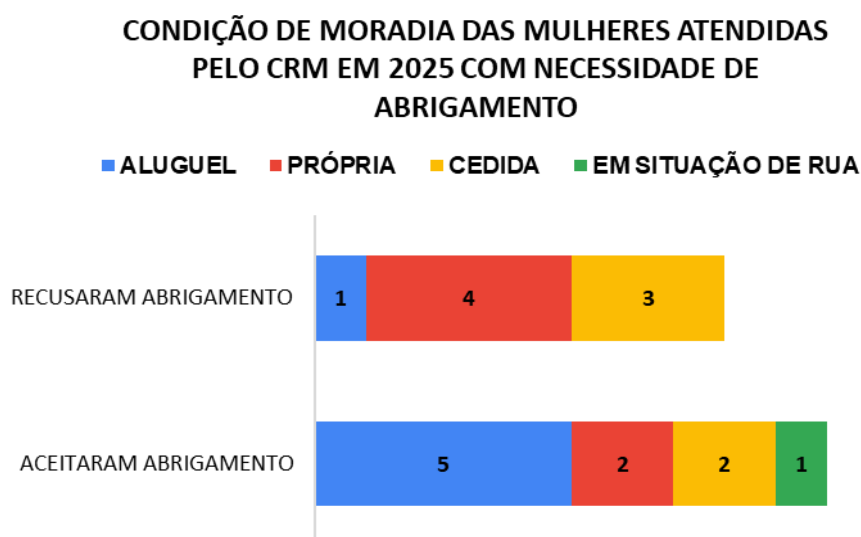
No cenário de abrigamento foi realizado a análise da condição de moradia das mulheres com violência notificada pelo CRM com necessidade de abrigamento, conforme tabela e gráfico abaixo. A análise evidenciou que das mulheres que foram encaminhadas e aceitaram o abrigamento, cinco (5) residem de aluguel, duas (2) em casa própria e duas (2) em casa cedida, e uma (1) em situação de rua. Das mulheres encaminhadas para o serviço de abrigamento que recusaram o encaminhamento uma (1) reside de aluguel, quatro (4) em casa própria, e três (3) em casa cedida.

Tabela 48*

CONDIÇÃO DE MORADIA DAS MULHERES ATENDIDAS PELO CRM EM 2025 COM NECESSIDADE DE ABRIGAMENTO					
	ALUGUEL	PRÓPRIA	CEDIDA	EM SITUAÇÃO DE RUA	TOTAL
ACEITARAM ABRIGAMENTO	5	2	2	1	10
RECUSARAM ABRIGAMENTO	1	4	3		8
TOTAL	6	6	5	1	18

*Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026

Gráfico 36*



*Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026

4.5.1 ABRIGAMENTO POR COR E RAÇA

Ao analisar os dados do abrigo com a questão racial, das dez (10) mulheres que aceitaram o abrigo, seis (6) se autodeclararam negras, três (3) brancas, e uma (1) não teve cor/raça informada. Quanto as mulheres que recusaram o abrigo sete (7) são negras e uma (1) branca.

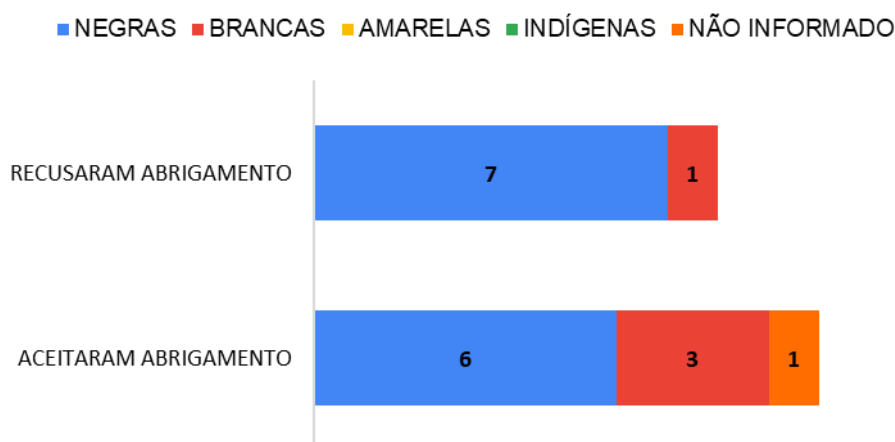
Tabela 49*

ABRIGAMENTO POR COR E RAÇA DAS MULHERES ATENDIDAS NO CRM EM 2025					
	NEGRAS	BRANCAS	AMARELAS	INDÍGENAS	NÃO INFOI TOTAL
ACEITARAM ABRIGAMENTO	6	3			1
RECUSARAM ABRIGAMENTO	7	1			
TOTAL	13	4	0	0	1

*Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026

Gráfico 37*

ABRIGAMENTO POR COR E RAÇA DAS MULHERES ATENDIDAS NO CRM EM 2025



*Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026

As Casas-Abrigo se constituem como serviços de acolhimento institucional destinados às mulheres em situação de violência que se encontram sob ameaça grave e risco de morte. Este tipo de serviço surgiu pautado na Lei nº11.340 em 2006, a Lei Maria da Penha faz parte dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política Nacional de Assistência Social, conforme a Resolução nº109 de 11 de novembro de 2009, que regulamenta a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023), existem no Brasil somente 326 Casas-Abrigo, o que representa a cobertura de apenas 2,5% dos municípios brasileiros, sendo Uberaba uma das poucas cidades que possui a oferta do serviço de acolhimento em parceria com o terceiro setor.

Esse dado evidencia uma importante fragilidade, a nível nacional, na rede de proteção às mulheres em situação de violência, especialmente no que se refere à oferta de serviços de acolhimento em situações de risco extremo. Além da limitação na oferta, observa-se também desafios relacionados à aceitação e permanência das mulheres nesse tipo de serviço.

Ao analisar as notificações do Centro de Referência da Mulher (CRM) no ano de 2025, identificou-se que dentre as dezoito (18) mulheres para as quais a equipe técnica avaliou a necessidade de abrigamento, apenas dez (10) aceitaram o encaminhamento. No que se refere às condições de moradia dessas mulheres, observou-se predominância de residência em imóveis alugados (50%). Ainda dentro deste cenário das mulheres que aceitaram o abrigamento sete (7) são negras.

Importante considerar que as Casas-Abrigo não têm uma padronização na forma de ofertar o serviço, que apesar de regulamentada, alguns municípios executam o serviço de maneira a não atender a real necessidade das mulheres vítimas de violência. Conforme Estevam e Vieira (2025):

a diversidade de formas de atuação das Casas Abrigo contribui para as dificuldades das mulheres e consequentes pedidos de saída antes do tempo considerado adequado pelas equipes de atendimento. Isso contraria o objetivo primordial de proteção integral à mulher, para livrá-la das agressões e dos riscos decorrentes da violência doméstica.

Os autores apontam que concomitantemente a esse cenário, as práticas institucionais e a postura de profissionais que atuam nas Casas-Abrigo podem, em alguns casos, reproduzir dinâmicas de controle e violação de direitos semelhantes às vivenciadas anteriormente pelas mulheres em situação de violência. Tal aspecto evidencia a necessidade de constante qualificação das equipes e de adoção de abordagens fundamentadas na ética, no respeito à autonomia e na garantia de direitos.

Nesse sentido, as Casas-Abrigo devem ter como objetivo central a proteção e o acolhimento das mulheres, reconhecendo suas singularidades, trajetórias e condições de vulnerabilidade decorrentes do processo de violência vivenciado. Ainda que não haja um modelo único de condução do serviço, é imprescindível que sua organização e funcionamento estejam pautados nas legislações vigentes e nos princípios da política pública de assistência social.

Ademais, a intervenção deve considerar as especificidades de cada mulher, incluindo seus vínculos familiares, responsabilidades relacionadas ao cuidado com filhos, inserção territorial, condições socioeconômicas e percepções subjetivas de segurança e proteção. A incorporação desses elementos é fundamental para a construção de estratégias de acolhimento mais efetivas, que respeitem a autonomia das mulheres e contribuam para o rompimento do ciclo de violência.

4.4 ACESSO A OUTROS SERVIÇOS

O atendimento à mulher vítima de violência não se restringe ao CRM. Qualquer mulher pode e deve procurar a rede de proteção social para relatar sua situação ou vivência de violência. Ao buscar esse apoio, deve ser acolhida por um profissional capacitado, que realizará uma escuta qualificada, oferecendo suporte com sensibilidade e respeito. A partir desse atendimento, deverão realizar os encaminhamentos necessários, de acordo com as demandas apresentadas, garantindo o acesso aos serviços e direitos que visam sua proteção, cuidado e fortalecimento.

Considerando isso, a tabela e o gráfico a seguir, apresentam os serviços acessados pelas mulheres com violência notificada pelo CRM em 2025. Das trezentas e oitenta e sete (387) notificações, duzentas e vinte (220) não incluiu o acesso à outros serviços. Cento e dezoito (118) evidenciaram o acesso à Unidade Básica de Saúde. Sessenta e tres (63) ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Quatorze (14) acessos à Rede de Atenção Psicossocial- RAPS. Três (3) ao Conselho Tutelar- CT. Três (3) ao Centro Referência Especializado de Assistência Social- CREAS. Um acesso (1) ao Centro Municipal de Educação Avançada – CEMEA e um (1) na Rede Privada de Saúde.

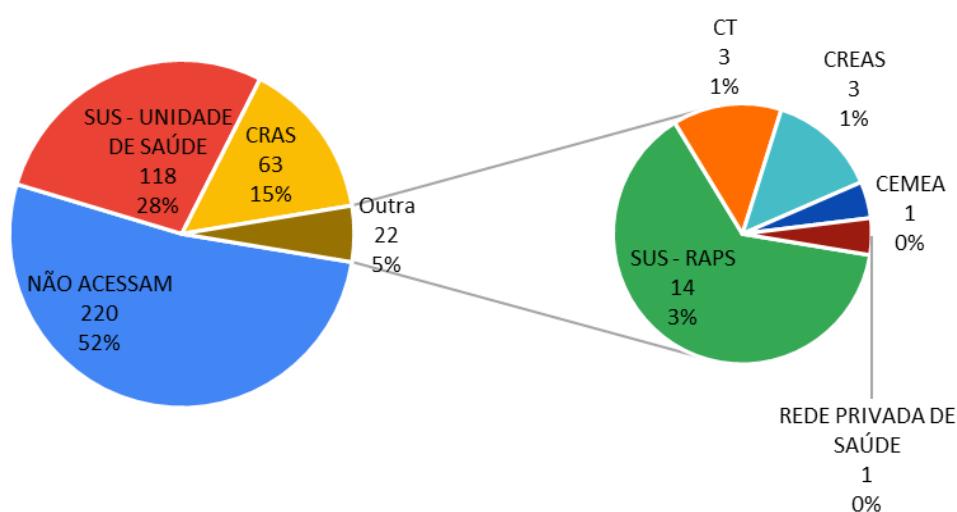
Tabela 50*

OUTROS SERVIÇOS ACESSADOS PELAS MULHERES ATENDIDAS NO CRM EM 2025	
UNIDADE	ACESSOS
NÃO ACESSAM	220
SUS - UNIDADE DE SAÚDE	118
CRAS	63
SUS - RAPS	14
CT	3
CREAS	3
CEMEA	1
REDE PRIVADA DE SAÚDE	1

*Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026

Gráfico 38*

OUTROS SERVIÇOS ACESSADOS PELAS MULHERES ATENDIDAS NO CRM EM 2025



*Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026

O atendimento às mulheres vítimas de violência não se restringe apenas ao Centro de Referência da Mulher (CRM), sendo fundamental a atuação articulada da rede intersetorial, composta por serviços das políticas de saúde, assistência social, segurança pública e também pelo terceiro setor. O cuidado integral, conforme Alcântara (2024), exige que o profissional conheça a rede de proteção existente e considere a mulher em sua totalidade, respeitando suas múltiplas dimensões e necessidades.

No ano de 2025, o CRM 167 mulheres com violência notificada no CRM, gerou 210 acesso a outros serviços, pois uma mulher acessou mais de um serviço. Nesse contexto, observou-se o predomínio de acessos ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), seguido pelas Unidades Básicas de Saúde. É importante considerar que, embora esses equipamentos públicos tenham como foco a prevenção da violência, as mulheres, em sua maioria, buscaram tais serviços após já terem vivenciado situações de violência.

Esse dado evidencia tanto a relevância da presença de equipamentos públicos nos territórios, possibilitando maior proximidade com a população, quanto a necessidade de investimento contínuo na formação dos profissionais e no fortalecimento da articulação da rede intersetorial. Esse indicador, mostra ainda, a importância de equipamento públicos nos territórios para atuar de forma mais próxima, como também a necessidade de uma formação profissional continuada e articulação da rede intersetorial. Neste cenário, deve considerar as fragilidades a insegurança no acolhimento dos casos e no que diz respeito ao trabalho da

rede intersetorial deve tomar cuidado com fragmentação e ausências de protocolos. (Rosa et al. 2025)

4.6 ENCAMINHAMENTOS

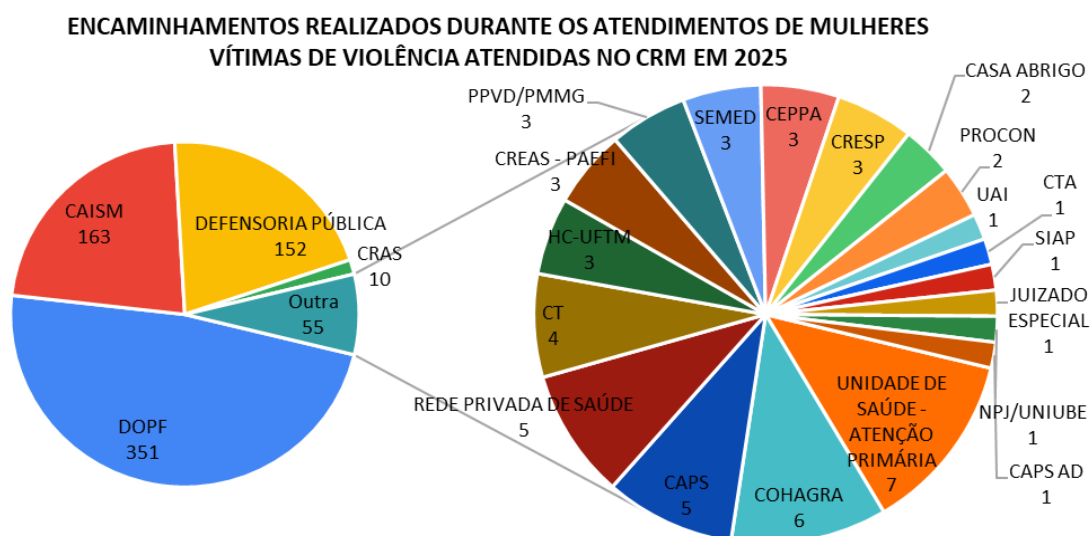
Os principais encaminhamentos realizados para as mulheres com violência notificada pelo CRM, conforme tabela e gráfico seguir, foram destinados à Delegacia de Orientação e Proteção à Família (DOPF), com trezentos e cinquenta e um (351) registros. Em seguida, destacam-se os encaminhamentos para o Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM), que somaram cento e sessenta e três (163), e para a Defensoria Pública com cento e cinquenta e dois (152) encaminhamentos. Esses serviços concentraram a maior parte dos direcionamentos realizados. Posteriormente, também foram efetuados encaminhamentos para: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) totalizando 10 encaminhamentos; sete (7) para as Unidades Básicas de Saúde; seis (6) para Companhia Habitacional do Vale do Rio Grande- COHAGRA; Cinco (5) para o Centro de Atenção Psicossocial- CAPS; Cinco (5) Rede Privada de Saúde; quatro (4) para o Conselho Tutelar (CT); tres (3) para o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – HC- UFTM; três (3) para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS; três (3) encaminhadas para Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica da Polícia Militar de Minas Gerais- PPVD/PMMG; três (3) para a Secretaria Municipal de Educação- SEMED; três (3) para o Centro de Estudos e Pesquisa em Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Triângulo Mineiro -CEPPA- UFTM; três (3) para o Centro de Referência em Saúde da População LGBT+ CRESP; dois (2) para Casa Abrigo; dois (2) para Programa de Proteção e Defesa do Consumidor- PROCON; um (1) para o UAI; um (1) para o Centro de Testagem e Aconselhamento – CTA; um (1) para o Serviço Intermediário de Saúde Mental – SIAP; um (1) para o Juizado Especial; um (1) para o Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ da Universidade de Uberaba- UNIUBE; e um (1) para o Centro de Atenção Psicossocial Alcool e Drogas- CAPS- AD.

Tabela 51*

ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS DURANTE OS ATENDIMENTOS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ATENDIDAS NO CRM EM 2025	
DOPF	351
CAISM	163
DEFENSORIA PÚBLICA	152
CRAS	10
UNIDADE DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA	7
COHAGRA	6
CAPS	5
REDE PRIVADA DE SAÚDE	5
CT	4
HC-UFTM	3
CREAS - PAEFI	3
PPVD/PMMG	3
SEMED	3
CEPPA	3
CRESP	3
CASA ABRIGO	2
PROCON	2
UAI	1
CTA	1
SIAP	1
JUIZADO ESPECIAL	1
NPJ/UNIUBE	1
CAPS AD	1
TOTAL	731

*Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026

Gráfico 41*



*Dados retirados do Google Forms - Monitoramento CRM em 05/01/2026

A Lei nº 11.340 de 07/08/2006, Lei Maria da Penha, prevê criação de meios para coibir e prevenir a violência contra mulher, neste contexto desde sua homologação a sociedade assiste de forma ainda morosa, a implementação da rede proteção social da mulher. Esta rede é composta por serviços da segurança pública, assistência social, saúde e instituições do terceiro setor. No que diz respeito à encaminhamentos realizados pelo CRM em 2025, das mulheres com notificação de violência, houve o predomínio de encaminhamento para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e para as Unidades Básicas de Saúde.

Serviços estes que estão concentrados nos territórios, e apesar de terem como propósito o trabalho da prevenção, em situações de violência contra mulher estes espaços torna-se essenciais. Uma vez, que a proximidade com realidade da mulher, quando trabalhada de forma correta, contribui para o fortalecimento da rede proteção, logo para a superação da mulher em situação de violência. Por isso, os encaminhamentos e acompanhamentos são fundamentais assim como diálogo da rede e formação continuada dos profissionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher envolve múltiplos fatores, dentre eles aspectos históricos, sociais, culturais e conjunturais. A construção social atribuída à figura feminina está historicamente associada a relações desiguais de poder, vinculadas a estruturas patriarcais que, articuladas à lógica do sistema capitalista, contribuem para a naturalização e reprodução de práticas que violam os direitos das mulheres.

A violência de gênero deve ser compreendida considerando a mulher em sua totalidade e nas diversas dimensões de sua vida social. Conforme destacam Souza e Barreto (2024, p. 2):

As mulheres padecem com a violência desde a infância até a velhice; da analfabeta à pós-graduada; em casa, na rua ou no trabalho, independentemente da profissão; com ou sem deficiência; da assalariada à milionária; por um familiar, um parceiro íntimo, atual ou ex, ou um desconhecido; no público ou no privado; do dano físico ao psicológico; a despeito da etnia ou orientação sexual.

No ano de 2025 foram registradas trezentos e oitenta e sete (387) notificações de violência contra a mulher pelo Centro de Referência da Mulher. Embora esse número represente uma redução aproximada de 23% em relação ao ano de 2024, não é possível

afirmar que tal redução esteja necessariamente associada a melhorias nas políticas públicas, na ampliação dos serviços ou à diminuição efetiva dos casos de violência. Torna-se necessário considerar, nesse contexto, as rotas críticas enfrentadas pelas mulheres no acesso aos serviços de proteção e atendimento.

Destaca-se, ainda, que não houve alterações na composição de recursos humanos da equipe técnica, apesar da necessidade de ampliação do quadro profissional para atender às demandas das mulheres do município de Uberaba–MG. Observa-se uma sobrecarga da unidade, decorrente tanto da necessidade de garantir atendimento integral às mulheres atendidas quanto do desenvolvimento de ações socioeducativas, além da participação nas articulações da rede de proteção para a realização de ações intersetoriais.

Nesse cenário, também devem ser consideradas as possíveis subnotificações dos casos de violência, bem como a ausência de um sistema de registro unificado entre os órgãos que compõem a rede de proteção social às mulheres em situação de violência, o que pode impactar diretamente na visibilidade e na compreensão da real dimensão do fenômeno no município.

De acordo com a segunda edição do boletim informativo da Vigilância Socioterritorial (2026), que abordou o tema sobre a presença das mulheres nos serviços do SUAS, em fevereiro de 2026 haviam noventa e um mil novecentos e quarenta e cinco (91.946) pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), sendo cinquenta e seis mil trezentos e quarenta e quatro (56.344) mulheres e trinta e cinco mil seiscentos e um (35.601) homens, ou seja, do total de inscritos, sessenta e um por cento (61%) são mulheres e cinquenta e cinco por cento (55%) são mulheres negras.

O boletim revelou, ainda, que do total de quarenta mil novecentos e quarenta e cinco (40.945) pessoas consideradas responsáveis pela unidade familiar, trinta e três mil quatrocentos e cinquenta e nove (33.459) são mulheres e apenas sete mil quatrocentos e oitenta e seis (7.486) são homens. Ao comparar as notificações de violência registradas pelo CRM entre os anos de 2024 e 2025, no que se refere ao exercício de cuidados com terceiros ou com membros da família, observou-se que, em 2024, 228 mulheres afirmaram exercer essa função, enquanto, em 2025, esse número foi de 178.

Esse número expressivo de mulheres acessando os serviços e benefícios do SUAS aponta para uma questão problemática conforme a autora Emilly Marques (2025), a saber, que são as mulheres que estão nas filas de espera dos atendimentos, seja de saúde ou assistência, que recebem os profissionais durante as visitas domiciliares, que se responsabilizam pela família e seus membros, que reivindicam por mais creches, por moradia

e transporte e que, por consequência, têm seu tempo apropriado em decorrência da precariedade dos serviços públicos.

Este cenário evidencia como as desigualdades estruturais e sobrecargas de responsabilidade aumentam a vulnerabilidade feminina a diferentes formas de violência, inclusive a violência doméstica. Portanto, a alta presença de mulheres nos serviços do SUAS não é apenas um dado quantitativo, mas um indicativo de desigualdades profundas que estão diretamente relacionadas às diversas formas de violência contra a mulher.

Ao retomar os dados, foram registradas 196 mulheres negras (soma de pardas e pretas) com violência notificada, o que corresponde a 50% do total de notificações. As mulheres negras, historicamente, estão mais expostas a desigualdades sociais e a múltiplas formas de violência, o que caracteriza uma situação de interseccionalidade — onde gênero, raça e classe se combinam para intensificar vulnerabilidades. Diante dessas evidências, as políticas de assistência social precisam avançar de forma intersetorial com as políticas de Igualdade Racial, pois ainda não há abordagem específica e direcionada aos serviços, programas e benefícios oferecidos pelo SUAS (Brasil, 2024).

6. SUGESTÕES PARA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

- Ampliação da equipe técnica do CRM;
- Descentralização das ações de acolhimento, atendimento e encaminhamento das mulheres vítimas de violência para equipamentos e serviços territorializados;
- Necessidade de um sistema unificado para notificações e registros de atendimentos das mulheres vítimas de violência;
- Construção de ações estratégicas que visem diminuir a exclusividade das mulheres na responsabilidade pela família, no cumprimento da condicionalidade dos benefícios e programas e nas respostas às demandas coletivas e sociais.
- Inclusão da pauta sobre desigualdade racial nas capacitações das equipes e no planejamento de ações dos serviços;
- Realização de ações que abordem o tipo de violência mais recorrente nos territórios. Referente ao ano de 2025 foi a violência psicológica com maior registro no território do Cras Boa Vista;
- Construção de um mapa que possibilite visualizar o percurso da rota crítica realizado pelas mulheres;
- Articulação com a política habitacional para viabilizar acesso à moradia para mulheres vítimas de violência;
- Redefinição da quantidade do benefício do passe mobilidade de acordo com demanda atendida.

7. REFERÊNCIAS

ALCANTARA, P. P. T. DE . et al.. Cuidado integral às mulheres vítimas de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 9, . Disponível em :< <https://www.scielo.br/j/csc/a/QrCh6D3w4hVmzBnb6DbcvKB/?lang=pt>> Acesso em 10 abr 2026

ARBOIT, J; PADOIN, S. M. DE M; PAULA, C. C. de; Rota crítica de mulheres em situação de violência: revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, maio/jun., 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0265>. Acesso em: 10 mar. 2026.

BERNARDINO, Í. DE M. et al.. Violência contra mulheres em diferentes estágios do ciclo de vida no Brasil: um estudo exploratório. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 19, n. 4, p. 740–752, out. 2016. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/GLBjHWKRNKcwCB8DjqBv6rL/?lang=pt>> Acesso em 13 mar 2026.

BRASIL. Senado Federal. Instituto de Pesquisa DataSenado. **Pesquisa DataSenado: violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: Senado Federal,2025. Disponível em:< https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_violencia_domestica/2025/interativo.html#perfil-sociodemogr%C3%A1fico> Acesso em 18 mar 2026.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2025. Brasília: Ipea; FBSP, 2025. 174 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/17165>. Acesso em 17 mar 2026.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L. et al.. Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 2, p. 299–311, abr. 2009. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/rsp/a/bsk4Y55kqBjxTsyHLfpGnj/?lang=en>> Acesso em 17 mar 2026.

ESTEVAM, R. VIEIRA, E.M .Casas Abrigo no Brasil, instrumentos de proteção à vida: revisão narrativa da literatura. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 148(1). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/SnvXWhfY8dGT3FgcW78Jxcg/?lang=pt#> Acesso em 08 de abril 2026.

FBSP. *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 4. ed. São Paulo: FBSP, 2023. LUDERMIR, R.; SOUZA, F. DE. Moradia, patrimônio e sobrevivência: dilemas explícitos e silenciados em contextos de violência doméstica contra a mulher. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, p. e202126, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Municípios com Casa-Abrigo para mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Disponível em:< <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10022#resultado>> Acesso em 08 abril de 2026.

MARQUES, E. Ética e defesa da vida das mulheres no trabalho de assistentes sociais. In: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais- CRESS- MG. **A ética no cotidiano do trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: CRESS, 2025, p. 167-192

ROSA , V. H. J. et.al. ACOLHIMENTO E CUIDADO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences** , Disponível em: <https://bjhs.emnuvens.com.br/bjhs/article/view/6083>. Acesso em: 10 abr. 2026.

SAGOT, Montserrat. Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: **estudios de caso de diez países**. San José: OPS/OMS, 2005.

SOUSA, R. DE V.; UCHÔA, A. M. DE V.; BARRETO, M. R. N.. Fontes de informação sobre a violência contra a mulher no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, v. 147, n. 2, p. e-6628376, 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS (TJAM). Ouvidoria da Mulher. **Perfil Sociodemográfico das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e as Circunstâncias da Violência no Ano de 2024 (3º e 6º Juizados Maria da Penha)**. Manaus: TJAM, 2025. Disponível em:< <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/13616-juizados-divulgam-perfil-sociodemografico-das-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica-e-as-circunstancias-da-violencia-no-ano-de-2024>> Acesso em 18 mar 2026.

SENADO FEDERAL. **Vulnerabilidade aumenta risco de violência contra mulher negra, aponta DataSenado**. Brasília: Agência Senado, 22 nov. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/11/22/vulnerabilidade-aumenta-risco-de-violencia-contra-mulher-negra-aponta-datasenado>. Acesso em: 18 mar. 2026

UBERABA (MG). Secretaria de Desenvolvimento Social. **Boletim Informativo da Vigilância Socioassistencial: Edição 2/2026**. Uberaba: Prefeitura Municipal, 2026. Disponível em: <https://portal.uberaba.mg.gov.br/secretaria_paginas/303/1> Acesso em: 13 mar. 2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFGPA. **A defesa das mulheres em situação de violência na luta pela moradia**. Instituto de Ciências Jurídicas, Grupos de Estudo e pesquisas em Direito Penal e Democracia. Belém: ICJ/UFGPA, 2023. Disponível em:< <https://ufpa.br/cartilha-sobre-direito-a-moradia-orienta-mulheres-em-situacao-de-violencia/>> Acesso em 13 mar de 2026